

**AUTO POSTO ZENI LTDA
VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA
VILMAR FRANCISCO ZENI
ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA
ANDRÉ FRANCISCO ZENI**

CONSTATAÇÃO PRÉVIA PARA FINS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo nº 0003921-09.2021.8.16.0131



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6WZ F3PL8 UG82D EZMHA

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 / (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ.

Dr. João Angelo Bueno

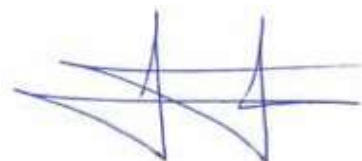
Em atendimento à Ilustre nomeação do Juízo da Vara Cível da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, este Perito vem por meio do presente relatório, apresentar a **Constatação Prévia dos autos de Recuperação Judicial nº 0003921-09.2021.8.16.0131**, em que são Requerentes Vilmar Francisco Zeni Agrícola, André Francisco Zeni Agrícola, Vilmar Francisco Zeni, André Francisco Zeni, Auto Posto Zeni Ltda.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelos Requerentes, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas por este Perito por meio da realização de inspeções físicas nas instalações das empresas e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de averiguar a regularidade da documentação técnica que instrui a petição inicial dos Requerentes, bem como as reais condições de funcionamento das empresas, de modo a conferir ao Ilmo. Magistrado condições mais adequadas para decidir sobre o deferimento ou não do processamento da Recuperação Judicial, nos moldes do **art. 51-A da Lei 11.101/2005**. Cumpre-se salientar que esta Perícia e demais documentos relacionados aos presentes autos estão disponíveis para consulta no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, este Perito permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 02 de junho de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066



2021 Marques Administração Judicial



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DO REQUERENTE	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	9
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	14
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	37
6. ENDIVIDAMENTO	40
7. ANÁLISE FORMAL DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI – ARTS. 48 E 51	47
8. DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL	64
9. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	67
10. CONCLUSÃO	70
11. GLOSSÁRIO	73
12. ANEXOS	75



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades do Requerente	O Grupo Zeni iniciou suas atividades no ano de 2001, através da empresa Auto Posto Zeni, na cidade de Itapejara D'Oeste/PR. Com os lucros obtidos com tal negócio, expandiu sua área de atuação, com a aquisição de maquinários agrícolas e celebrando contratos de arrendamento rurais para início da atividade rural. Todavia, a crise financeira do Grupo teve início em 2014, com o aumento da concorrência em face do Auto Posto Zeni, bem como no âmbito da atividade rural em 2015 com o aumento do preço dos commodities, frustração de safras, dentre outros.
Informações Operacionais	As empresas Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola e André Francisco Zeni Agrícola são formadas por 03 (três) unidades de negócio, localizadas nas cidades de Itapejara D'Oeste/PR e Coronel Vivida/PR. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, as empresas possuíam o total de 11 (onze) colaboradores.
Informações Financeiras	Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.
Informações Complementares	Com o fito de complementar as informações da presente constatação prévia, este Perito analisou informações de natureza ambiental, regulatória, social e de propriedade intelectual. Outrossim, foi possível constatar que os Requerentes se encontram devidamente habilitados para a execução das suas atividades comerciais. Nossa afirmativa se baseia na análise de requisitos regulatórios, onde foi evidenciado que as empresas se encontram adequadas as exigências necessárias das suas atividades.
Endividamento	No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo) . Ademais, quanto aos créditos não concursais, constatou-se a existência de débito de R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos) .



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Análise Formal dos documentos exigidos pela lei – Arts. 48 e 51	Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) restaram integralmente preenchidos. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, restaram integralmente preenchidos. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, restaram integralmente preenchidos.
Da Consolidação Processual e Substancial	Com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para concessão da consolidação processual e substancial nos autos, conforme pleiteado pelos Requerentes.
Informações Processuais	Na data de 20/05/2021 ocorreu o ajuizamento da RJ pelos Requerentes. Ademais na data de 21/05/2021 o Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância ao art. 51-A da Lei 11.101/2005, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 02/06/2021 houve a aceitação do <i>múnus</i> por este Perito.
Conclusão	Quanto aos requisitos gerais (subjetivos), bem como os requisitos objetivo, previstos pelo art. 48 e art. 51 da LFRJ, todos restaram integralmente preenchidos . Acerca da consolidação processual e substancial este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para sua concessão. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros dos Requerentes demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de constatação física anexo, os Requerentes encontram-se em devido funcionamento, conforme relatado.



2. ATIVIDADES DOS REQUERENTES

2.1 HISTÓRICO DOS REQUERENTES
2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6WZ F3PL8 UG82D EZMHA

Atividades do Requerente

O Grupo Zeni iniciou suas atividades no ano de 2001, através da empresa Auto Posto Zeni, na cidade de Itapejara D'Oeste/PR. Com os lucros obtidos com tal negócio, expandiu sua área de atuação, com a aquisição de maquinários agrícolas e celebrando contratos de arrendamento rurais para início da atividade rural. Todavia, a crise financeira do Grupo teve início em 2014, com o aumento da concorrência em face do Auto Posto Zeni, bem como no âmbito da atividade rural em 2015 com o aumento do preço dos commodities, frustração de safras, dentre outros.

2.1 HISTÓRICO DOS REQUERENTES

A empresa **AUTO POSTO ZENI LTDA**, deu início às suas atividades no ano de 2001, celebrando, a priori, contrato de aluguel do posto de combustível, promovendo o **SR. VILMAR ZENI** em sociedade com Sr. Eloir Antônio Moretti a aquisição do estabelecimento comercial em 2002.

Com os lucros obtidos com o posto de combustíveis, os sócios fizeram a aquisição de máquinas agrícolas e promoveram o arrendamento de 30 alqueires de terras, começaram a atuar, simultaneamente, na atividade rural na cidade de Itapejara d'Oeste/PR. Em 2004, o sócio Sr. Eloir, mudou-se para o estado de Rondônia, oportunidade na qual o Sr. Vilmar comprou a quota parte de titularidade do sócio em ambas as atividades. Ademais, em 2014, o Sr. André Francisco Zeni ingressou no quadro societário da empresa Auto Posto Zeni Ltda.

Não obstante, no ano de 2016 alcançou-se o ápice da produção agrícola, com área cultivada chegando a 300 alqueires, ano este em que o **SR. ANDRÉ FRANCISCO ZENI** concluiu sua graduação em agronomia, o qual, de acordo com a exordial, sempre auxiliou seu pai, Sr. Vilmar Zeni, no desenvolvimento das atividades rurais.

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise econômica sofrida pelos Requerentes no âmbito da atividade rural, se iniciou pela crise no setor ocorrida entre as safras dos anos de 2015 e 2016 diante da variação do preço das *commodities* culminando no descompasso entre custo de produção e receita, bem como, devido a frustração de safra decorrentes da seca, excesso de chuva, geada e acúmulo de obrigações financeiras assumidas em investimentos anteriores. Ainda, agravando a crise, em 2018 uma colheitadeira utilizada na atividade, fora acometida por um incêndio, pausando a colheita do plantio por semanas, ocasionando desta forma a perda de grande parte da produção, razão pela qual houve a necessidade de contratação de terceiros para que promovessem a colheita de parte da produção.

Frente à ausência de disponibilidade de crédito nas últimas safras, os Requerentes se socorreram a empréstimos pessoais, com taxas de juros superiores à média de mercado, buscando simultaneamente, a renegociação dos débitos anteriores inadimplidos.

Não obstante, com a Pandemia do Covid-19, houve a escassez de insumos no mercado durante a safra, comprometendo ainda mais a produção dos Requerentes.

Ademais, quanto ao Requerente **Auto Posto Zeni**, sua crise econômica teve início em 2014, diante do aumento da concorrência com a abertura de outro posto de combustíveis em local próximo, ocasionando abrupta baixa de seu faturamento, razão pela qual atuou no mercado por 02 (dois) anos com prejuízos. Ainda, afetando seu faturamento, houveram diversos inadimplementos por parte de grandes clientes, e a necessidade de realização de obras de infraestrutura exigidas pelo Instituto de Água e Terra – IAP em 2012 e 2014, onde fora alocado o investimento de cerca de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Não obstante, sua receita ainda fora afetada pela monta desembolsada a título de acordo judicial realizado nos autos de Indenização por Danos Morais e Materiais, autuada sob o nº 0007127-12.2013.8.16.0131, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Pato Branco/PR, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), devido a um acidente de trânsito ocorrido durante uma entrega de combustível realizada por um de seus funcionários. Por último, a Pandemia do Covid-19, trouxe ainda grande abalo em seu faturamento, ingressando assim, em uma crise financeira.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.3 COLABORADORES



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6WZ F3PL8 UG82D EZMHA

Informações Operacionais

As empresas Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola e André Francisco Zeni Agrícola são formadas por 03 (três) unidades de negócio, localizadas nas cidades de Itapejara D'Oeste/PR e Coronel Vivida/PR. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, as empresas possuíam o total de **11 (onze) colaboradores**.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária dos Requerentes:

AUTO POSTO ZENI LTDA

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Vilmar Francisco Zeni	79.200	79.200,00	99%
André Francisco Zeni	800	800,00	1%
Total	80.000	80.000,00	100%

Fonte: Contrato Social e Alterações da Requerente.

VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA EPP

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Vilmar Francisco Zeni	-	25.000,00	100%
Total	-	25.000,00	100%

Fonte: Instrumento de Inscrição de Empresário Individual da Requerente.

ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA EPP

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
André Francisco Zeni	-	25.000,00	100%
Total	-	25.000,00	100%

Fonte: Instrumento de Inscrição de Empresário Individual da Requerente.



Informações Operacionais

As empresas Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola e André Francisco Zeni Agrícola são formadas por 03 (três) unidades de negócio, localizadas nas cidades de Itapejara D'Oeste/PR e Coronel Vivida/PR. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, as empresas possuíam o total de **11 (onze) colaboradores**.

O Grupo Zeni possui a seguinte estrutura societária:



Fonte: Informações obtidas com os Requerentes.

3.2 UNIDADES DE NEGÓCIO

O Grupo Zeni possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ/CPF	Localidade
Auto Posto Zeni Ltda	04.818.376/0001-69	Itapejara D'Oeste/PR
Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP / Vilmar Francisco Zeni / André Francisco Zeni Agrícola EPP / André Francisco Zeni	40.809.821/0001-98 / 839.611.199-53 / 40.810.682/0001-12 / 075.111.229-14	Itapejara D'Oeste/PR
Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP / Vilmar Francisco Zeni / André Francisco Zeni Agrícola EPP / André Francisco Zeni	40.809.821/0001-98 / 839.611.199-53 / 40.810.682/0001-12 / 075.111.229-14	Coronel Vivida/PR

Fonte: Informações obtidas com os Requerentes.



Informações Operacionais

As empresas Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola e André Francisco Zeni Agrícola são formadas por 03 (três) unidades de negócio, localizadas nas cidades de Itapejara D'Oeste/PR e Coronel Vivida/PR. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, as empresas possuíam o total de **11 (onze) colaboradores**.

3.3 COLABORADORES

3.3.1 COLABORADORES AUTO POSTO ZENI LTDA

O Requerente apresentou a posição do seu quadro funcional total, correspondente a **07 colaboradores** que desempenham funções necessárias à operação da empresa **Auto Posto Zeni Ltda**. Apresentamos abaixo a evolução do quadro funcional total entre o período de janeiro a abril de 2021, até a data da diligência do dia **26/05/2021**.

FUNCIONÁRIOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Quantidade Inicial	6	6	7	7
(+) Admissões	-	1	-	-
(-) Demissões	-	-	-	-
Total de Funcionários	6	7	7	7
Variação		16,67%	0,00%	0,00%

Fonte: Auto Posto Zeni Ltda – Janeiro à Abril de 2021.

3.3.2 COLABORADORES VILMAR FRANCISCO ZENI

O Requerente apresentou a posição do seu quadro funcional total, correspondente a **02 colaboradores** que desempenham funções necessárias à operação da empresa **Vilmar Francisco Zeni**. Apresentamos abaixo a evolução do quadro funcional total entre o período de janeiro a abril de 2021, até a data da diligência do dia **26/05/2021**.

FUNCIONÁRIOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Quantidade Inicial	0	0	0	2
(+) Admissões	-	-	2	-
(-) Demissões	-	-	-	-
Total de Funcionários	0	0	2	2
Variação		0,00%	100,00%	0,00%

Fonte: Vilmar Francisco Zeni – Janeiro à Abril de 2021.



Informações Operacionais

As empresas Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni Agrícola e André Francisco Zeni Agrícola são formadas por 03 (três) unidades de negócio, localizadas nas cidades de Itapejara D'Oeste/PR e Coronel Vivida/PR. No momento da propositura da presente Recuperação Judicial, as empresas possuíam o total de **11 (onze) colaboradores**.

3.3.3 COLABORADORES ANDRÉ FRANCISCO ZENI

O Requerente apresentou a posição do seu quadro funcional total, correspondente a **02 colaboradores** que desempenham funções necessárias à operação da empresa **André Francisco Zeni**. Apresentamos abaixo a evolução do quadro funcional total entre o período de janeiro a abril de 2021, até a data da diligência do dia **26/05/2021**.

FUNCIONÁRIOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Quantidade Inicial	0	0	0	2
(+) Admissões	-	-	2	-
(-) Demissões	-	-	-	-
Total de Funcionários	0	0	2	2
Variação		0,00%	100,00%	0,00%

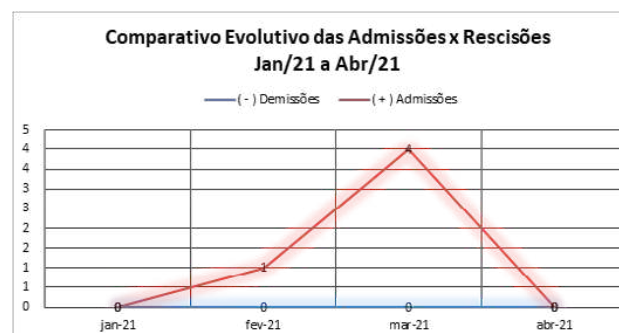
Fonte: André Francisco Zeni – Janeiro à Abril de 2021

3.3.4 COLABORADORES-CONSOLIDADO

Apresentamos a seguir a posição do quadro de colaboradores consolidado das empresas **Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni**, constando a evolução do quadro funcional total entre o período de janeiro a abril de 2021, até a data da diligência do dia **26/05/2021**.

FUNCIONÁRIOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Quantidade Inicial	6	6	7	11
(+) Admissões	-	1	4	-
(-) Demissões	-	-	-	-
Total de Funcionários	6	7	11	11
Variação		16,67%	57,14%	0,00%

Fonte: Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni – Janeiro à Abril de 2021.

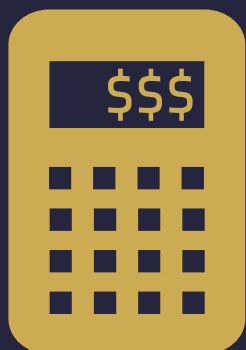


2021 Marques Administração Judicial



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.4 EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO E COMPARATIVO DAS MARGENS DE RESULTADO
- 4.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONTÁBIL E FLUXO DE CAIXA GERENCIAL PROJETADO
- 4.6 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

4.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL – AUTO POSTO ZENI LTDA

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, o Requerente aos movs. 1.19-1.31, apresentou suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 a 2021 e a posição de suas contas em **30/04/2021** em consonância ao art. 51, II LFRJ, incluindo o **Ativo e Passivo**, conforme apresentado a seguir:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	abr-21	Variação
ATIVO						
Circulante						
Disponível	3.213.535,73	2.388.261,22	3.349.115,05	2.885.840,23	3.272.130,94	13,39%
Clientes	0,00	0,00	269.337,84	951.424,20	777.768,80	-18,25%
Outros Créditos	2.287,74	2.710,73	2.283,75	2.283,75	2.283,75	0,00%
Estoque	319.922,75	329.706,35	537.874,55	696.958,91	940.004,57	34,87%
	3.535.746,22	2.720.678,30	4.158.611,19	4.536.507,09	4.992.188,06	10,04%
Não Circulante						
Investimentos	22.068,37	27.818,37	29.918,37	32.018,37	33.018,37	3,12%
Imobilizado	84.977,35	63.905,69	60.879,56	118.947,71	135.625,19	14,02%
	107.045,72	91.724,06	90.797,93	150.966,08	168.643,56	11,71%
TOTAL DO ATIVO	3.642.791,94	2.812.402,36	4.249.409,12	4.687.473,17	5.160.831,62	10,1%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	abr-21	Variação
PASSIVO						
Circulante						
Empréstimos e						
Financiamentos	-1.358.286,59	-1.704.470,26	-3.000.375,08	-3.797.198,61	-4.383.576,88	15,44%
Fornecedores	-178.199,73	-210.550,00	-180.895,54	-272.978,24	-420.950,08	54,21%
Obrigações Tributárias	-1.158,52	-6.093,32	-12.161,38	-10.060,21	-58,71	-99,42%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-13.912,25	-13.396,63	-14.715,04	511.136,37	510.679,43	-0,09%
Dividendos Part. Juros S/						
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.380,00	#DIV/0!
	-1.551.557,09	-1.934.510,21	-3.208.147,04	-3.569.100,69	-4.290.526,24	20,21%
Patrimônio Líquido						
Capital Social	-80.000,00	-80.000,00	-80.000,00	-80.000,00	-80.000,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-2.011.234,85	-797.892,15	-961.262,08	-1.038.372,48	-790.305,38	-23,89%
	-2.091.234,85	-877.892,15	-1.041.262,08	-1.118.372,48	-870.305,38	-22,18%
TOTAL DO PASSIVO	-3.642.791,94	-2.812.402,36	-4.249.409,12	-4.687.473,17	-5.160.831,62	10,1%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.1.2 BALANÇO PATRIMONIAL – VILMAR FRANCISCO ZENI

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, o Requerente aos movs. 1.19-1.31, apresentou suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 elaboradas a partir da Declaração de Imposto de Renda dos referidos exercícios, em consonância ao art. 51, II LFRJ, incluindo o **Ativo e Passivo**, conforme apresentado a seguir:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	2019	2020	Variação
ATIVO			
Circulante			
Disponível	85.220,61	87.011,91	2,10%
Investimentos	639.184,63	839.899,74	31,40%
	724.405,24	926.911,65	27,95%
Não Circulante			
Imobilizado	923.800,00	923.800,00	0,00%
	923.800,00	923.800,00	0,00%
TOTAL DO ATIVO	1.648.205,24	1.850.711,65	12,3%
GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	2019	2020	Variação
PASSIVO			
Circulante			
Empréstimos Bancários	6.284.786,76	8.046.621,58	28,03%
	6.284.786,76	8.046.621,58	28,03%
Patrimônio Líquido			
Capital Social	-4.668.197,51	-5.721.166,20	22,56%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	31.615,99	-474.743,73	-1601,59%
	-4.636.581,52	-6.195.909,93	33,63%
TOTAL DO PASSIVO	1.648.205,24	1.850.711,65	12,3%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.1.3 BALANÇO PATRIMONIAL – ANDRÉ FRANCISCO ZENI

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, o Requerente aos movs. 1.19-1.31, apresentou suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 elaboradas a partir da Declaração de Imposto de Renda dos referidos exercícios, em consonância ao art. 51, II LFRJ, incluindo o **Ativo e Passivo**, conforme apresentado a seguir:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	2019	2020	Variação
ATIVO			
Circulante			
Disponível	145.788,12	106.990,20	-26,61%
Investimentos	0,00	0,00	-100,00%
	145.788,12	106.990,20	-26,61%
Não Circulante			
Imobilizado	0,00	56.813,00	#DIV/0!
	0,00	56.813,00	#DIV/0!
TOTAL DO ATIVO	145.788,12	163.803,20	12,4%
GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	2019	2020	Variação
PASSIVO			
Circulante			
Empréstimos Bancários	1.135.589,67	1.879.153,94	65,48%
	1.135.589,67	1.879.153,94	65,48%
Patrimônio Líquido			
Capital Social	-977.842,85	-1.695.165,54	73,36%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-11.958,70	-20.185,20	68,79%
	-989.801,55	-1.715.350,74	73,30%
TOTAL DO PASSIVO	145.788,12	163.803,20	12,4%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.1.4 BALANÇO PATRIMONIAL - UNIFICADO

Com base nos demonstrativos apresentados nos subitens 4.1.1 a 4.1.3, relativo as empresas **Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni**, realizamos a unificação dos demonstrativos contábeis para fins de análise até a data base 30/04/2021, contudo ressaltamos que os requerentes apresentaram a posição patrimonial atualizada até 30/04/2021 somente da empresa **Auto Posto Zeni Ltda**, dificultando a comparabilidade do patrimônio em 2021 em relação às outras requerentes, o qual não foi apresentado neste formato, conforme apresentado a seguir:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	abr-21	Variação
ATIVO						
Circulante						
Disponível	3.213.535,73	2.388.261,22	3.580.123,78	3.079.842,34	3.272.130,94	6,24%
Investimentos	0,00	0,00	639.184,63	839.899,74	0,00	-100,00%
Clientes	0,00	0,00	269.337,84	951.424,20	777.768,80	-18,25%
Outros Créditos	2.287,74	2.710,73	2.283,75	2.283,75	2.283,75	0,00%
Estoque	319.922,75	329.706,35	537.874,55	696.958,91	940.004,57	34,87%
	3.535.746,22	2.720.678,30	5.028.804,55	5.570.408,94	4.992.188,06	-10,38%
Não Circulante						
Investimentos	22.068,37	27.818,37	29.918,37	32.018,37	33.018,37	3,12%
Imobilizado	84.977,35	63.905,69	984.679,56	1.099.560,71	135.625,19	-87,67%
	107.045,72	91.724,06	1.014.597,93	1.131.579,08	168.643,56	-85,10%
TOTAL DO ATIVO	3.642.791,94	2.812.402,36	6.043.402,48	6.701.988,02	5.160.831,62	-23,0%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	abr-21	Variação
PASSIVO						
Circulante						
Empréstimos e						
Financiamentos	-1.358.286,59	-1.704.470,26	-10.420.751,51	-13.722.974,13	-4.383.576,88	-68,06%
Fornecedores	-178.199,73	-210.550,00	-180.895,54	-272.978,24	-420.950,08	54,21%
Obrigações						
Tributárias	-1.158,52	-6.093,32	-12.161,38	-10.060,21	-58,71	-99,42%
Obrigações						
Trabalhistas e						
Previdenciárias	-13.912,25	-13.396,63	-14.715,04	511.136,37	510.679,43	-0,09%
Dividendos Part.						
Juros S/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.380,00	#DIV/0!
	-1.551.557,09	-1.934.510,21	-10.628.523,47	-13.494.876,21	-4.290.526,24	-68,21%
Patrimônio Líquido						
Capital Social	-80.000,00	-80.000,00	5.566.040,36	7.336.331,74	-80.000,00	-101,09%
Lucros ou						
Prejuízos						
Acumulados	-2.011.234,85	-797.892,15	-980.919,37	-543.443,55	-790.305,38	45,43%
	-2.091.234,85	-877.892,15	4.585.120,99	6.792.888,19	-870.305,38	-112,81%
TOTAL DO PASSIVO	-3.642.791,94	-2.812.402,36	-6.043.402,48	-6.701.988,02	-5.160.831,62	-23,0%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.2 ATIVO IMOBILIZADO

Complementar as informações apresentadas no item anterior, apresenta-se a seguir a posição do Imobilizado dos Requerentes em 30/04/2021 mantida até a data da diligência do dia 26/05/2021:

4.2.1 ATIVO IMOBILIZADO – AUTO POSTO ZENI LTDA

ATIVO IMOBILIZADO DA EMPRESA AUTO POSTO ZENI LTDA EM 30/04/2021 (DATA DO PEDIDO DE RJ)

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	IMÓVEIS	TERRENOS	40.000,00
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	5.100,69
	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	65.575,20
	VEÍCULOS	VEÍCULOS	0,00
	RECURSOS NATURAIS	POÇO ARTESIANO	8.525,00
	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	CONSORCIO SICOOB NÃO CONTEMPLADO	52.891,81
		CONSORCIO BANCO DO BRASIL	27.196,32
		CONSORCIO SICREDI LTDA	7.012,06
	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-5.100,69
		(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	-65.575,20
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS		0,00	
Total Bens e Direitos em Uso			135.625,19
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO EM 30/04/2021			135.625,19

Fonte: Balancete contábil apresentado pela Requerente Auto Posto Zeni Ltda em 30/04/2021.

Foi informado a este Perito que inexistiu a composição analítica dos bens do Ativo Imobilizado do Auto Posto Zeni Ltda devido a mudança de Escritório Contábil, visto que não foi retransmitida informações desta natureza e, desta forma, encontra-se pendente de levantamento analítico para reavaliação e, se for o caso, readequação das informações retro apresentadas.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.2.2 ATIVO IMOBILIZADO – VILMAR FRANCISCO ZENI

ATIVO IMOBILIZADO DA EMPRESA VILMAR FRANCISCO ZENI EM 30/04/2021 (DATA DO PEDIDO DE RJ)

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	IMÓVEL URBANO	503.000,00
		Imóvel Rural	22.200,00
		Veículos	98.600,00
	TOTAL ATIVO IMOBILIZADO		623.800,00

Fonte: Declaração de Imposto de Renda 2019-2020 apresentado pela Requerente Vilmar Francisco Zeni em 30/04/2021.

Nota: Na composição do imobilizado do Sr. Vilmar Francisco Zeni, as demonstrações contábeis apresentadas que, segundo informações foram extraídas com base no imposto de renda, o imóvel de matrícula nº 9.651 que no ano base de 2019 foi informado o valor de R\$ 300.000,00, no ano base 2020 na declaração está zerado, desta forma gerando a diferença em relação ao apresentado acima.

4.2.3 ATIVO IMOBILIZADO – ANDRÉ FRANCISCO ZENI

ATIVO IMOBILIZADO DA EMPRESA ANDRÉ FRANCISCO ZENI EM 30/04/2021 (DATA DO PEDIDO DE RJ)

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	Veículos	56.813,00
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO			56.813,00

Fonte: Declaração de Imposto de Renda 2019-2020 apresentado pela Requerente André Francisco Zeni em 30/04/2021.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.2.4 ATIVO IMOBILIZADO UNIFICADO - GRUPO ZENI

ATIVO IMOBILIZADO DO GRUPO ZENI EM 30/04/2021 (DATA DO PEDIDO DE RJ)

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	IMÓVEIS	TERRENOS	565.200,00
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	5.100,69
	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	65.575,20
	VEÍCULOS	VEÍCULOS	155.413,00
	RECURSOS NATURAIS	POÇO ARTESIANO	8.525,00
	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	CONSORCIO SICOOB NÃO CONTEMPLADO	52.891,81
		CONSORCIO BANCO DO BRASIL	27.196,32
		CONSORCIO SICREDI LTDA	7.012,06
	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-5.100,69
		(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	-65.575,20
		(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	0,00
Total Bens e Direitos em Uso			816.238,19
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO EM 30/04/2021			816.238,19

Fonte: Balancete contábil e Declaração de Imposto de Renda 2019-2020 apresentado pelas Requerente em 30/04/2021.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

4.3.1 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – AUTO POSTO ZENI LTDA

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, os Requerentes aos movs. 1.19-1.31, apresentaram suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 a 2021 e a posição de suas contas em 30/04/2021 em consonância ao art. 51, II LFRJ, incluindo a **Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)**, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.688.149,26	9.642.465,67	10.218.935,20	10.072.774,72	-1,4%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-16.086,45	-17.682,58	-6.356,60	-6.470,38	1,8%
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,00	0,00	0,00	-1.713,14	#DIV/0!
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-16.086,45	-17.682,58	-6.356,60	-4.757,24	-25,2%
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.672.062,81	9.624.783,09	10.212.578,60	10.066.304,34	-1,4%
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-7.940.838,80	-8.542.960,02	-8.634.678,44	-8.219.955,77	-4,8%
(=) LUCRO BRUTO	731.224,01	1.081.823,07	1.577.900,16	1.846.348,57	17,0%
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-934.215,23	-1.070.132,39	-1.375.832,28	-1.753.647,78	27,5%
VENDAS	-338.404,39	-452.919,47	-931.184,28	-1.398.014,34	50,1%
ADMINISTRATIVAS	-597.911,49	-617.212,92	-444.648,00	-355.654,11	-20,0%
RECEITAS FINANCEIRAS	-1,00	0,00	0,00	20,67	#DIV/0!
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.101,65	0,00	0,00	0,00	0,0%
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-202.991,22	11.690,68	202.067,88	92.700,79	-54,1%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	55.000,00	2.116,97	2.116,97	0,0%
RESULTADO ANTES DA CS E IR	-202.991,22	66.690,68	204.184,85	94.817,76	-53,6%
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-5.955,05	-5.099,84	-16.936,04	-7.387,31	-56,4%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-9.925,09	-7.801,92	-23.878,88	-10.320,05	-56,8%
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-218.871,36	53.788,92	163.369,93	77.110,40	-52,8%



2021 Marques Administração Judicial



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

A seguir apresentamos os resultados do período de janeiro a abril de 2021:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	797.835,46	1.235.896,14	1.006.676,71	1.906.382,20	89,4%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-737,27	-4.455,43	0,00	0,00	0,0%
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-737,27	-4.455,43	0,00	0,00	0,0%
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	797.098,19	1.231.440,71	1.006.676,71	1.906.382,20	89,4%
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-681.253,59	-851.135,12	-1.044.962,20	-1.913.705,54	83,1%
(=) LUCRO BRUTO	115.844,60	380.305,59	-38.285,49	-7.323,34	-80,9%
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-110.722,83	-372.324,21	-168.695,00	-253.846,91	50,5%
VENDAS	-79.927,76	-338.091,53	-144.621,11	-215.145,68	48,8%
ADMINISTRATIVAS	-30.795,07	-34.035,39	-24.318,90	-38.946,24	60,1%
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	-197,29	0,00	245,01	#DIV/0!
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	245,01	0,00	-100,0%
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	5.121,77	7.981,38	-206.980,49	-261.170,25	26,2%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
RESULTADO ANTES DA CS E IR	5.121,77	7.981,38	-206.980,49	-261.170,25	26,2%
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	5.121,77	7.981,38	-206.980,49	-261.170,25	26,2%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.3.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – VILMAR FRANCISCO ZENI

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi elaborada com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 fornecidas pelo Requerente aos movs. 1.19-1.31, em consonância ao art. 51, II LFRJ, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2019	2020	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.202.155,99	1.542.050,09	28,3%
(-) CUSTO E DESPESAS	-1.170.540,00	-2.016.793,82	72,3%
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	31.615,99	-474.743,73	-1601,6%

4.3.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – ANDRÉ FRANCISCO ZENI

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi elaborada com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 fornecidas pelo Requerente aos movs. 1.19-1.31, em consonância ao art. 51, II LFRJ, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2019	2020	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	612.473,80	825.787,90	34,8%
(-) CUSTO E DESPESAS	-624.432,50	-845.973,10	35,5%
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-11.958,70	-20.185,20	68,8%



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.3.4 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - UNIFICADO

Com base nos demonstrativos apresentados nos subitens 4.3.1 a 4.3.3, relativo as empresas **Auto Posto Zeni Ltda, Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni**, realizamos a unificação dos demonstrativos contábeis para fins de análise até a data base **30/04/2021**, ressaltando que os requerentes apresentaram a posição patrimonial atualizada até 30/04/2021 somente da empresa Auto Posto Zeni Ltda, devendo, portanto, ser considerado durante a comparabilidade do resultado de 2021 em relação aos exercícios anteriores, conforme apresentado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	A.H.	Variação	abr/21	Variação
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.688.149,26	9.642.465,67	12.033.564,99	12.440.612,71	103,4%	3,4%	4.946.790,51	-60,2%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-16.086,45	-17.682,58	-6.356,60	-6.470,38	101,8%	1,8%	-5.192,70	-19,7%
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,00	0,00	0,00	-1.713,14	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00	-100,0%
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-16.086,45	-17.682,58	-6.356,60	-4.757,24	74,8%	-25,2%	-5.192,70	9,2%
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.672.062,81	9.624.783,09	12.027.208,39	12.434.142,33	103,4%	3,4%	4.941.597,81	-60,3%
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-7.940.838,80	-8.542.960,02	-10.429.650,94	-11.082.722,69	106,3%	6,3%	-4.491.056,45	-59,5%
(=) LUCRO BRUTO	731.224,01	1.081.823,07	1.597.557,45	1.351.419,64	84,6%	-15,4%	450.541,36	-66,7%
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-934.215,23	-1.070.132,39	-1.375.832,28	-1.753.647,78	127,5%	27,5%	-905.588,95	-48,4%
VENDAS	-338.404,39	-452.919,47	-931.184,28	-1.398.014,34	150,1%	50,1%	-777.786,08	-44,4%
ADMINISTRATIVAS	-597.911,49	-617.212,92	-444.648,00	-355.654,11	80,0%	-20,0%	-128.095,60	-64,0%
RECEITAS FINANCEIRAS	-1,00	0,00	0,00	20,67	#DIV/0!	#DIV/0!	47,72	130,9%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.101,65	0,00	0,00	0,00	0,0%	-100,0%	245,01	#DIV/0!
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-202.991,22	11.690,68	221.725,17	-402.228,14	-181,4%	-281,4%	-455.047,59	13,1%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	55.000,00	2.116,97	2.116,97	100,0%	0,0%	0,00	-100,0%
RESULTADO ANTES DA CS E IR	-202.991,22	66.690,68	223.842,14	-400.111,17	-178,7%	-278,7%	-455.047,59	13,7%
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-5.955,05	-5.099,84	-16.936,04	-7.387,31	43,6%	-56,4%	0,00	-100,0%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-9.925,09	-7.801,92	-23.878,88	-10.320,05	43,2%	-56,8%	0,00	-100,0%
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-218.871,36	53.788,92	183.027,22	-417.818,53	-228,3%	-328,3%	-455.047,59	8,9%

2021 Marques Administração Judicial



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.4 EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO E COMPARATIVO DAS MARGENS DE RESULTADO

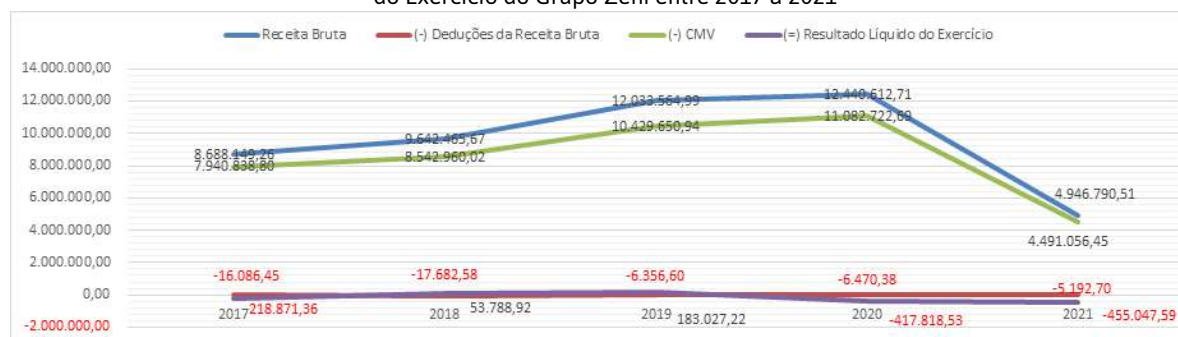
Restou realizada a análise da evolução do faturamento das empresas do **Grupo Zeni** com base nas DREs - Demonstração do Resultado do Exercício Unificado de 2017 a 2020 e, considerando que somente a empresa **Auto Posto Zeni Ltda** possuía a DRE – Demonstração de Resultados do Exercício atualizada para 2021, apresentamos a seguir gráfico contemplando os dados unificados, incluindo gráfico em separado do Auto Posto Zeni Ltda para fins de análise da evolução do faturamento:

Gráfico I – Evolução do faturamento bruto das empresas do Grupo Zeni 2017 a 2021



Fonte: Elaborado com base nos demonstrativos das empresas Grupo Zeni

Gráfico II – Comparativo da Receita Bruta de Vendas, Deduções, Custos e Resultado Líquido do Exercício do Grupo Zeni entre 2017 a 2021



Fonte: Elaborado com base nos demonstrativos das empresas do Grupo Zeni

Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

Verificamos que o faturamento das empresas entre 2017 a 2020 apresentou uma evolução de aproximadamente 43%, tendo em 2017 um valor acumulado de vendas de R\$ 8,688 milhão contra R\$ 12,449 milhão em 2020 (**Gráfico I**). Contudo, quando analisamos o CMV – Custo das Mercadorias Vendidas, verificamos que houve um aumento gradativo no período, repercutindo em uma elevação de aproximadamente 40% no ano de 2020 quando comparado com 2017.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONTÁBIL E FLUXO DE CAIXA GERENCIAL PROJETADO

4.5.1 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA GERENCIAL PROJETADO – AUTO POSTO ZENI LTDA (2021)

Fluxo de Caixa Projetado 2021 Auto Posto Zeni Ltda	
Entradas	11.400.000,00
Vendas de mercadoria	11.400.000,00
Saídas Operacionais	-11.244.192,20
Custos	-9.576.000,00
Despesas Fixas	-721.720,00
Despesas com Pessoal	-702.172,20
Despesas Tributárias	-95.500,00
Outras Despesas Operacionais	-148.800,00
Resultado Operacional	155.807,80
Saídas Financeiras	-1.766.428,99
Empréstimos e Financiamentos com vencimento em 2021	-1.766.428,99
Resultado Financeiro	-1.610.621,19

Fonte: Demonstrativo elaborado pela Requerente.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.5.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA GERENCIAL PROJETADO – ATIVIDADE RURAL VILMAR ZENI E ANDRÉ ZENI

Fluxo de Caixa Projetado 2021 Atividade Rural de Vilmar e André Zeni	
Entradas	5.250.000,00
Vendas de grãos	5.250.000,00
Saídas Operacionais	-4.817.750,00
Insumos, sementes, defensivos	-2.625.000,00
Folha de pagamento	-188.250,00
Peças/pneus	-262.500,00
Combustível	-250.000,00
Arrendamento	-1.400.000,00
Outras Despesas Operacionais	-92.000,00
Resultado Operacional	432.250,00
Saídas Financeiras	-7.249.104,49
Empréstimos e Financiamentos com vencimento em 2021	-7.249.104,49
Resultado Financeiro	-6.816.854,49

Fonte: Demonstrativo elaborado pela Requerente.

4.5.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA GERENCIAL PROJETADO – UNIFICADO 2021

Fluxo de Caixa Projetado 2021 Consolidado	
Entradas	16.650.000,00
Saídas Operacionais	-16.061.942,20
Resultado Operacional	588.057,80
Saídas Financeiras	-9.015.533,48
Resultado Financeiro	-8.427.475,68

Fonte: Elaborado pelo Perito a partir dos Demonstrativos apresentados pelas Requerentes.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

4.6 ÍNDICES FINANCEIROS

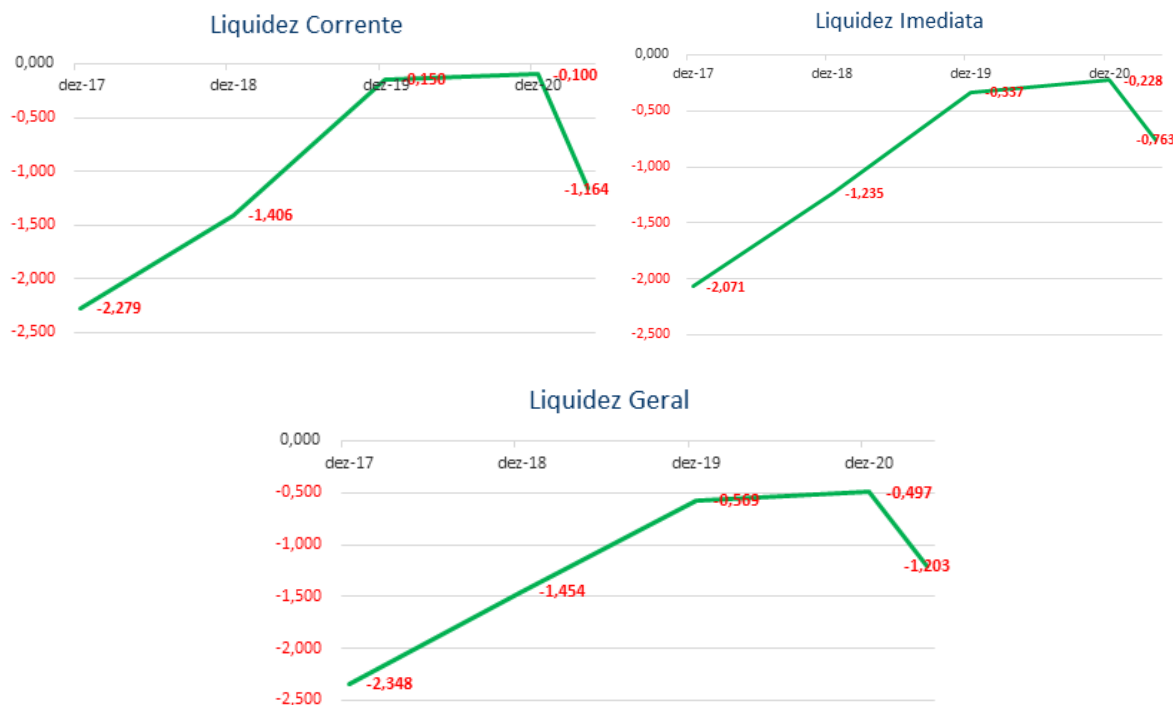
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis fornecidos pelo Requerente de forma unificada (todas as empresas) relativo aos exercícios de 2017 a 2021 (até 30/04/2021) que foi anexo aos movs. 1.19-1.31, em consonância ao art. 51, II LFRJ, conforme apresentado a seguir:

Índices de Liquidez											
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice	dez-20	Índice	abr-21	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.535.746,22	-2,279	2.720.678,30	-1,406	1.597.557,45	-0,150	1.351.419,64	-0,100	4.992.188,06	-1,164
	Passivo Circulante	-1.551.557,09		-1.934.510,21		-10.628.523,47		-13.494.876,21		-4.290.526,24	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	3.213.535,73	-2,071	2.388.261,22	-1,235	3.580.123,78	-0,337	3.079.842,34	-0,228	3.272.130,94	-0,763
	Passivo Circulante	-1.551.557,09		-1.934.510,21		-10.628.523,47		-13.494.876,21		-4.290.526,24	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	3.642.791,94	-2,348	2.812.402,36	-1,454	6.043.402,48	-0,569	6.701.988,02	-0,497	5.160.831,62	-1,203
	Passivo Circulante + Não Circulante	-1.551.557,09		-1.934.510,21		-10.628.523,47		-13.494.876,21		-4.290.526,24	



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

Analisando os índices de 2019 e 2020, verifica-se que os Requerentes apresentaram redução em todos os índices: **Liquidez Corrente (33,37%)**, **Liquidez Imediata (32,25%)** e **Liquidez Geral (12,66%)**.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

Índice de gestão de ativo											
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice	dez-20	Índice	abr-21	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	8.688.149,26	102,241	9.642.465,67	150,886	12.440.612,71	12,634	4.946.790,51	4,499	4.946.790,51	36,474
	Ativo Imobilizado	84.977,35		63.905,69		984.679,56		1.099.560,71		135.625,19	
Índice de giro total de ativos	Receitas	8.688.149,26	2,385	9.642.465,67	3,429	12.440.612,71	2,059	4.946.790,51	0,738	4.946.790,51	0,959
	Ativo	3.642.791,94		2.812.402,36		6.043.402,48		6.701.988,02		5.160.831,62	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

Os índices de Gestão do Ativo apresentaram redução quando comparado 2019 e 2020, conforme apresentado a seguir: **Giro de Ativos Fixos/Imobilizado (64,39%) e Giro Total de Ativos (64,14%).**

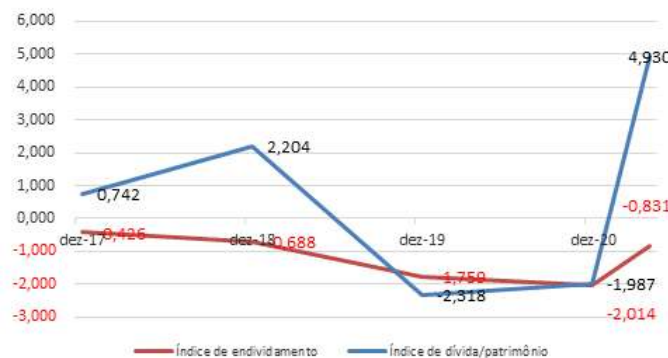


Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

Índice de gestão de dívida											
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice	dez-20	Índice	abr-21	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	-1.551.557,09		-1.934.510,21		-10.628.523,47		-13.494.876,21		-4.290.526,24	
	Ativo	3.642.791,94	-0,426	2.812.402,36	-0,688	6.043.402,48	-1,759	6.701.988,02	-2,014	5.160.831,62	-0,831
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	-1.551.557,09		-1.934.510,21		-10.628.523,47		-13.494.876,21		-4.290.526,24	
	Patrimônio Líquido	-2.091.234,85	0,742	-877.892,15	2,204	4.585.120,99	-2,318	6.792.888,19	-1,987	-870.305,38	4,930

Índice de Gestão de Dívida



O **índice de endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma piora nos índices de **Endividamento** quando comparado 2020 contra 2019, pois houve um **aumento de 15% se comparado com o último período**.

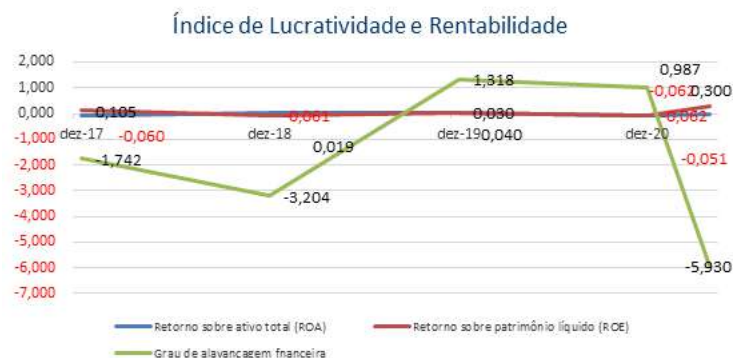
O Índice de Dívida/Patrimônio apresentou redução de mais de 14,31 %, demonstrando uma redução do passivo dos Requerentes em relação ao seu Patrimônio Líquido.



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

Índice de lucratividade e rentabilidade										
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-17	Índice	dez-18	Índice	dez-19	Índice	dez-20	Índice	abr-21
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-218.871,36	-0,025	53.788,92	0,006	183.027,22	0,015	-417.818,53	-0,034	-455.047,59
	Receita de Vendas	8.688.149,26		9.642.465,67		12.033.564,99		12.440.612,71		4.946.790,51
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-202.991,22	-0,023	11.690,68	0,001	221.725,17	0,018	-402.228,14	-0,032	-455.047,59
	Receita de Vendas	8.688.149,26		9.642.465,67		12.033.564,99		12.440.612,71		4.946.790,51
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	731.224,01	0,084	1.081.823,07	0,112	1.597.557,45	0,133	1.351.419,64	0,109	450.541,36
	Receita Operacional Líquida	8.672.062,81		9.624.783,09		12.027.208,39		12.434.142,33		-455.047,59
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-202.991,22	-0,056	11.690,68	0,004	221.725,17	0,037	-402.228,14	-0,060	-455.047,59
	Ativo	3.642.791,94		2.812.402,36		6.043.402,48		6.701.988,02		5.160.831,62
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-218.871,36	-0,060	53.788,92	0,019	183.027,22	0,030	-417.818,53	-0,062	-455.047,59
	Ativo	3.642.791,94		2.812.402,36		6.043.402,48		6.701.988,02		5.160.831,62
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-218.871,36	0,105	53.788,92	-0,061	183.027,22	0,040	-417.818,53	-0,062	-455.047,59
	Patrimônio Líquido	-2.091.234,85		-877.892,15		4.585.120,99		6.792.888,19		-870.305,38
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,105	-1,742	-0,061	-3,204	0,040	1,318	-0,062	0,987	0,523
	ROA	-0,060		0,019		0,030		-0,062		-0,088



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade dos Requerentes, verificamos em dezembro/2020, comparado com o final de 2019, os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

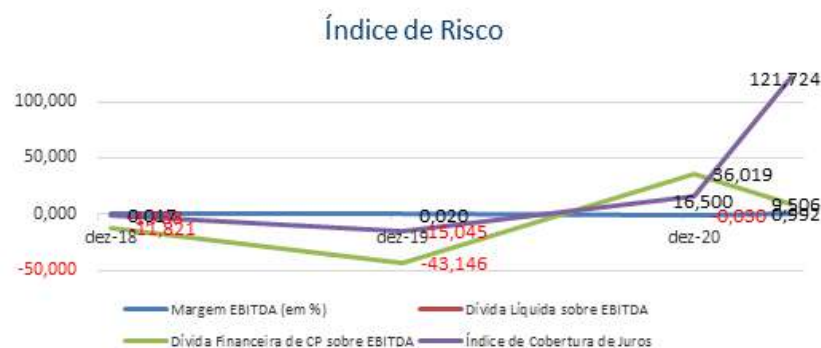
2021 Marques Administração Judicial



Informações Financeiras

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores. Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil.

Índice de Risco									
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	dez-18	Índice	dez-19	Índice	dez-20	Índice	abr-21	Índice
Margem EBITDA (em %)	EBITDA	163.644,02	0,017	246.337,65	0,020	-374.659,86	-0,030	-451.339,70	0,992
	Receita Líquida	9.624.783,09		12.027.208,39		12.434.142,33		-455.047,59	
Dívida Líquida sobre EBITDA	Dívida Financeira Líquida	-1.934.510,21	-11,821	-10.628.523,47	-43,146	-13.494.876,21	36,019	-4.290.526,24	9,506
	EBITDA	163.644,02		246.337,65		-374.659,86		-451.339,70	
Dívida Financeira de CP sobre EBITDA	Dívida Financeira de CP	-1.934.510,21	-11,821	-10.628.523,47	-43,146	-13.494.876,21	36,019	-4.290.526,24	9,506
	EBITDA	163.644,02		246.337,65		-374.659,86		-451.339,70	
Índice de Cobertura de Juros	EBIT	157.086,50	-1,738	239.780,13	-15,045	-377.247,17	16,500	-451.339,70	121,724
	Pagamento de Juros	-90.395,82		-15.937,99		-22.864,00		-3.707,89	



Margem EBITDA (em %): Mede a capacidade da empresa em gerar caixa operacional em função de sua capacidade de venda. Quanto maior, melhor.

Dívida Líquida sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida da empresa em função de sua geração de caixa. Em empresas saudáveis esse índice não passa de três ou quatro vezes. Quanto maior, pior.

Dívida Financeira de CP sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida financeira de curto prazo da empresa em função de sua capacidade de geração de caixa. Quanto maior, pior.

Índice de Cobertura de Juros: Avalia a capacidade da empresa em remunerar, em termos de caixa, seus credores com os recursos proveniente de seus ativos operacionais. Quanto maior, melhor.



5.INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 5.1 INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
- 5.2 INFORMAÇÕES SOCIAIS
- 5.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL



Informações Complementares

Com o fito de complementar as informações da presente constatação prévia, este Perito analisou informações de natureza ambiental, regulatória, social e de propriedade intelectual. Outrossim, foi possível constatar que os Requerentes se encontram devidamente habilitados para a execução das suas atividades comerciais. Nossa afirmativa se baseia na análise de requisitos regulatórios, onde foi evidenciado que as empresas se encontram adequadas as exigências necessárias das suas atividades.

5.1 INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Foram apresentados os seguintes documentos pelo Requerente **Auto Posto Zeni Ltda:**

- Renovação de Licença de Operação junto ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná sob nº 133899-R1 com validade até 22/11/2021;
- Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de Itapejara do Oeste sob nº 005/2002;
- Certificado de Posto Revendedor emitido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo sob nº PR/PR0027608;
- PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional vigente;
- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais vigente;
- Comprovante de cadastro junto ao IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, relativo ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP (regularizado após a solicitação deste Perito);
- Cartão CNPJ da RFB de Auto Posto Zeni Ltda sob nº 04.818.376/0001-69 emitido em 24/02/2021;
- Contrato Social e Alterações do Auto Posto Zeni Ltda.

Ressaltamos que alguns outros documentos relativos a exigências ambientais não foram apresentados, a exemplo do Certificado de Outorga de Uso de Água, relativo ao Poço Artesiano presente no posto, relatórios de manutenções periódicas obrigatórias e exigíveis (condicionantes) na Licença de Operação entre outros.

Foram apresentados os seguintes documentos pelo Requerente **Vilmar Francisco Zeni (PF/PJ):**

- Declaração de Imposto de Renda 2019-2020;
- Livro Caixa do Produtor Rural 2019-2020;
- Relatório do E-Social emitido em 25/05/2021;
- Contrato de Arrendamento de Área Rural em Coronel Vivida/PR datado de 22/02/2021;
- Instrumento de Inscrição de Empresário Individual – Vilmar Francisco Zeni Agrícola datado de 08/02/2021;
- Cartão CNPJ da RFB de André Francisco Zeni Agrícola sob nº 40.809.821/0001-98 emitido em 11/02/2021.

Foram apresentados os seguintes documentos pelo Requerente **André Francisco Zeni (PF/PJ):**

- Declaração de Imposto de Renda PF 2019-2020;
- Livro Caixa do Produtor Rural 2019-2020;
- Relatório do E-Social emitido em 25/05/2021;
- Contrato de Arrendamento de Área Rural em Pato Branco/PR datado de 17/12/2020;
- Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Paraná em 28/04/2021 (Protocolo: PRC2106523000);
- Instrumento de Inscrição de Empresário Individual – André Francisco Zeni Agrícola datado de 09/02/2021;
- Cartão CNPJ da RFB de André Francisco Zeni Agrícola sob nº 40.810.682/0001-12 emitido em 11/02/2021



Informações Complementares

Com o fito de complementar as informações da presente constatação prévia, este Perito analisou informações de natureza ambiental, regulatória, social e de propriedade intelectual. Outrossim, foi possível constatar que os Requerentes se encontram devidamente habilitados para a execução das suas atividades comerciais. Nossa afirmativa se baseia na análise de requisitos regulatórios, onde foi evidenciado que as empresas se encontram adequadas as exigências necessárias das suas atividades.

5.2 INFORMAÇÕES SOCIAIS

Evidenciamos que os Requerentes mantêm quadro de colaboradores ativo conforme apresentado nos autos, no total de 11 funcionários. Conforme indagações realizadas aos responsáveis das empresas Requerentes na diligência presencial realizada no dia 26/05/2021 não foi possível apurar quantos empregos indiretos são gerados nas atividades dos requerentes, porem evidenciamos que os empregos gerados beneficiam colaboradores diretos seus cônjuges e filhos.

5.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os Requerentes não manifestaram informações desta natureza durante as diligências realizadas por este Perito bem como não foi constatado nenhum outro ativo ou direito que pudesse ser considerado como propriedade intelectual e que pudesse agregar valor à atividade além dos dados fornecidos previamente pelos mesmos.



6. ENDIVIDAMENTO

6.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

6.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)**.

6.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, os Requerentes ao mov. 1.32, apresentaram a relação nominal de credores do Grupo Zeni, em consonância ao art. 51, III, da LFRJ. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal da relação por classe de credores, de forma individualizada por Requerente:

AUTO POSTO ZENI LTDA

Classe	Moeda	Relação do Requerente	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	3	1.450,00
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	2	1.055.269,80
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	27	2.776.562,79
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	12	66.371,89
Total		44	3.899.654,48

VILMAR FRANCISCO ZENI

Classe	Moeda	Relação do Requerente	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	-	-
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	4	3.948.822,54
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	25	9.058.730,99
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	1	3.500,00
Total		30	13.011.053,53

ANDRÉ FRANCISCO ZENI

Classe	Moeda	Relação do Requerente	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	-	-
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	11	6.770.269,74
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	7	1.227.681,71
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	-	-
Total		18	7.997.951,45

2021 Marques Administração Judicial



Endividamento

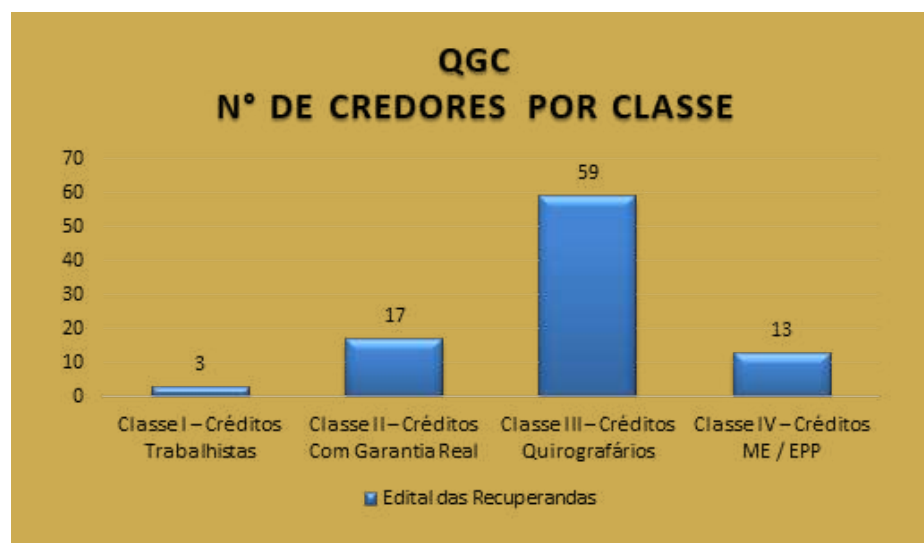
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. Ademais, quanto aos créditos não concursais, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)**.

Outrossim, cumpre-se mencionar ainda que na exordial os Requerentes juntaram a relação de credores consolidada do Grupo Zeni, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal da relação por classe de credores consolidada:

GRUPO ZENI

Classe	Moeda	Relação do Requerente	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	3	1.450,00
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	17	11.474.362,08
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	59	12.772.854,04
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	13	68.871,89
Total		92	24.318.538,01

Fonte: Relação de Credores mov. 1.32

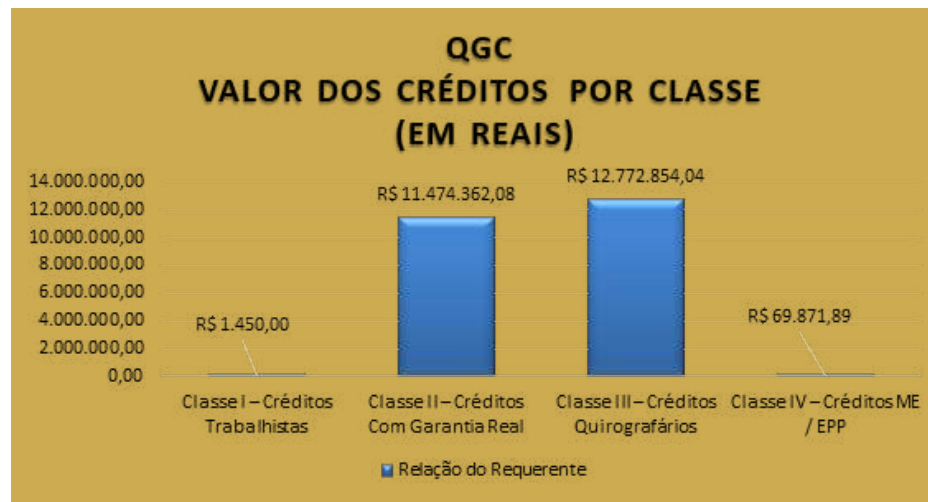


Fonte: Relação de Credores mov. 1.32

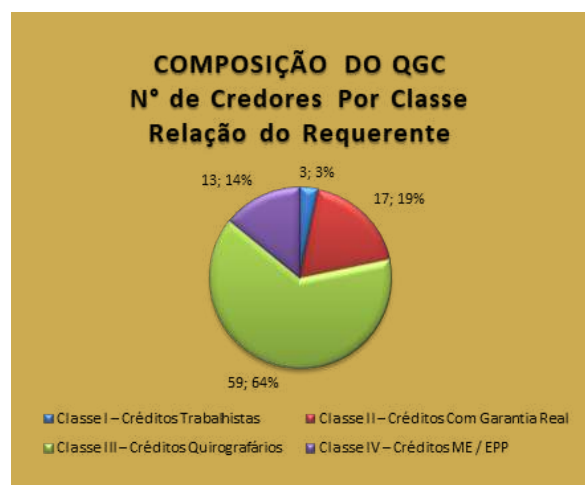


Endividamento

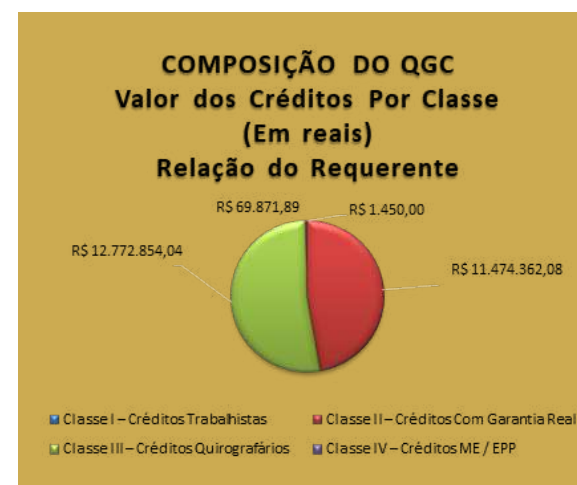
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01** (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo). Ademais, quanto aos créditos não concursais, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62** (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos).



Fonte: Relação de Credores mov. 1.32



Fonte: Relação de Credores mov. 1.32



Endividamento

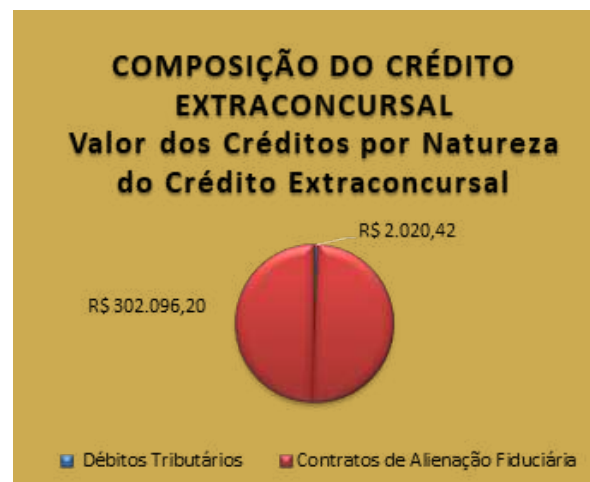
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. Ademais, quanto aos créditos **não concursais**, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)**

6.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

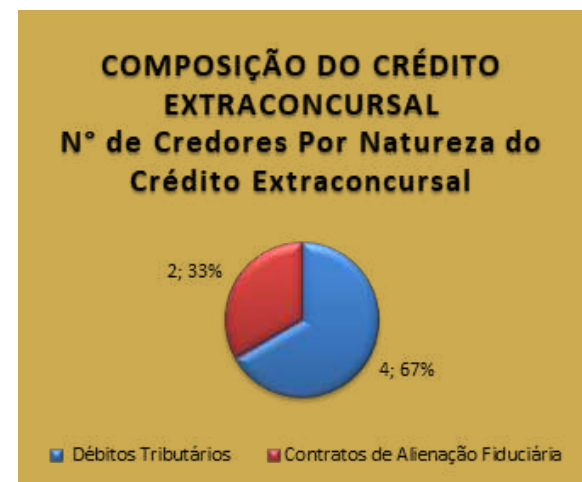
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, os Requerentes informaram os credores que ostentam natureza de alienação fiduciária, e consequentemente de natureza extraconcursal. Isto posto, em contato diretamente com os Requerentes este Perito solicitou a relação completa de credores não concursais para elaboração da presente constatação. Desta forma, fora constatado a existência de tais débitos não concursais:

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários	BRL	4	2.020,42
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	2	302.096,20
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	-	-
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações Ilíquidas	BRL	-	-
Total		6	304.116,62

Fonte: Informações apresentada pelos Requerentes nos autos de RJ e diretamente ao Perito



Fonte: Informações apresentadas pelo Requerente



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. Ademais, quanto aos créditos **não concursais**, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)**

6.2.1 Débitos Tributários

Os Requerentes anexaram ao processo informações de débitos Tributários no montante de **R\$ 2.020,42 (dois mil, vinte reais e quarenta e dois centavos)**, relativo a débitos das empresas junto as esferas Municipais, Estadual e Federal (tópico 6.2) e que compõem o saldo contábil da rubrica Débitos Tributários.

6.2.1.1 – Débitos Tributários – Auto Posto Zeni Ltda

No intuito de avaliar a existência de débitos tributários da empresa Auto Posto Zeni Ltda, solicitou-se os seguintes documentos para avaliação relativo a Matriz e Filial:

- Certidão de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário Justiça do Trabalho em 25/05/2021;
- Certidão de Regularidade junto ao FGTS emitida pela CEF – Caixa Econômica Federal em 28/05/2021;
- Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais emitido pela Prefeitura Municipal de Itapejara do Oeste/PR em 25/05/2021 (Código de autenticidade da certidão: 897244566897244);
- Relatório complementar da RFB através do E-CAC emitido em 03/05/2021;
- Extrato de Débitos Municipais junto a Prefeitura Municipal de Itapejara do Oeste/PR em 25/05/2021;
- Certidão Negativa de Falência e Concordada emitida em 26/04/2021;
- Certidão Positiva de Ações Cível, Fazenda, Executivo Fiscal, Depósitos, Criminal emitida em 26/04/2021.

6.2.1.2 – Débitos Tributários – Valmir Francisco Zeni (PF/PJ)

No intuito de avaliar a existência de débitos tributários da empresa Valmir Francisco Zeni e também da pessoa física, solicitou-se os seguintes documentos para avaliação:

- Certidão de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário Justiça do Trabalho em 25/05/2021;
- CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais do Estado do Paraná sob nº 95399538-74;
- CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais do Estado do Paraná sob nº 95753804-57;
- Certidão Negativa de Falência e Concordada emitida em 26/04/2021;
- Certidão Negativa de Ações Cível, Fazenda, Executivo Fiscal, Depósitos, Criminal emitida em 26/04/2021.

6.2.1.3 – Débitos Tributários – André Francisco Zeni (PF/PJ)

No intuito de avaliar a existência de débitos tributários da André Francisco Zeni e também da pessoa física, solicitou-se os seguintes documentos para avaliação:

- Certidão de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário Justiça do Trabalho em 25/05/2021;
- CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais do Estado do Paraná sob nº 95753792-89;
- Certidão Negativa de Falência e Concordada emitida em 26/04/2021;
- Certidão Negativa de Ações Cível, Fazenda, Executivo Fiscal, Depósitos, Criminal emitida em 26/04/2021.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial as empresas Requerentes, ao mov. 1.32, apresentaram sua relação nominal de credores, na qual perfaz o montante total de **R\$ 24.318.538,01 (vinte e quatro milhões trezentos e dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e um centavo)**. Ademais, quanto aos créditos **não concursais**, constatou-se a existência de débito de **R\$ 304.116,62 (trezentos e quatro mil cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)**

6.2.2 Contratos de alienação fiduciária

Apresenta-se a seguir a posição dos Contratos de Alienação Fiduciária apresentados pelos Requerentes em 04/09/2020:

Devedor	Credor	CNPJ/CPF	Tipo de doc.	Número	Garantias	Valor Garantido Por Alienação Fiduciária (R\$)	Valor Total do Contrato (R\$)
Vilmar Francisco Zeni	Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Cédula de Crédito Bancário – Financiamentos para Aquisição de Bens e/ou Serviços	005.378.247	<u>Alienação Fiduciária de Veículo:</u> TRATOR MASSEY FERGUSON, modelo 7390, ano 2016, nº série 7390354217.	270.000,00	230.000,00
Auto Posto Zeni Ltda	Administradora de Consórcio Unicoob Ltda	12.228.808/0001-00	Instrumento Particular de Constituição de Propriedade Fiduciária em Garantia / Nota Promissória	Grupo 94, Cota 304	<u>Alienação Fiduciária de Máquina:</u> FORD RANGER LTD, ano 2014, placa KWM-9609, chassi 8AFAR23L1EJ239885 <u>Fiador:</u> Vilmar Francisco Zeni, CPF nº 839.611.199-53.	-	72.096,20
TOTAL						270.000,00	302.096,20

Fonte: Posição fornecida pelo Requerente em 25/05/2021.

6.2.3 Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.4 Arrendamentos mercantis

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.5 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

Inexistem contratos desta natureza.

6.2.6 Obrigação de fazer, obrigação de dar e obrigação de entregar

Inexistem contratos desta natureza.

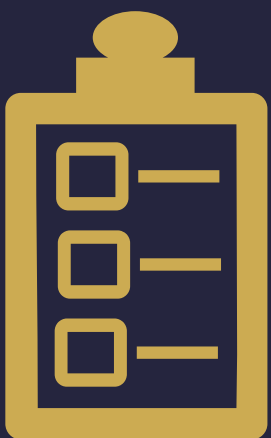
6.2.7 Obrigações ilíquidas

Inexistem contratos desta natureza.



7. ANÁLISE FORMAL DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI – ARTS. 48 E 51

- 7.1. REQUISITOS GERAIS
- 7.2. REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005
- 7.3. REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005
- 7.4. REQUISITOS PARA COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

7.1. REQUISITOS GERAIS

Segue infra a análise dos requisitos quanto aos arts. 1º e 3º da Lei 11.101/2005, bem como, a realização de inspeção física nos estabelecimentos comerciais por este Perito:

REQUISITOS GERAIS				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.	Auto Posto Zeni Ltda		O Requerente é pessoa jurídica, devidamente registrada na Junta Comercial em 06/12/2001.	Mov. 1.8
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		O Requerente é pessoa jurídica, devidamente registrada em 11/02/2021.	Mov. 1.9 e 1.11
	Vilmar Francisco Zeni		O Requerente é produtor rural, inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, equiparando-se para todos os fins à condição de empresário (REsp: 1800032 MT 2019/0050498-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 06/03/2020).	Mov. 1.9, 1.11 e 1.14
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		O Requerente é pessoa jurídica, devidamente registrada em 11/02/2021.	Mov. 1.10 e 1.12
	André Francisco Zeni		O Requerente é produtor rural, inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, equiparando-se para todos os fins à condição de empresário (REsp: 1800032 MT 2019/0050498-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 06/03/2020).	Mov. 1.10, 1.12 e 1.14



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.	Auto Posto Zeni Ltda		Sua única sede está localizada no município de Itapejara D'Oeste/PR, à qual pertence a comarca judiciária de Pato Branco/PR.	Mov. 1.8
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		O principal estabelecimento é "considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico" (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Sua sede e estabelecimento mais importante é localizado município de Itapejara D'Oeste/PR, a qual integra a comarca de Pato Branco/PR, embora também possua terras arrendadas em Coronel Vivida/PR.	Mov. 1.9 e 1.11
	Vilmar Francisco Zeni		O principal estabelecimento é "considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico" (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Sua sede e estabelecimento mais importante é localizado município de Itapejara D'Oeste/PR, a qual integra a comarca de Pato Branco/PR, embora também possua terras arrendadas em Coronel Vivida/PR.	Mov. 1.9 e 1.11
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		O principal estabelecimento é "considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico" (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Sua sede e estabelecimento mais importante é localizado município de Itapejara D'Oeste/PR, a qual integra a comarca de Pato Branco/PR, embora também possua terras arrendadas em Coronel Vivida/PR.	Mov. 1.10 e 1.12
	André Francisco Zeni		O principal estabelecimento é "considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico" (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Sua sede e estabelecimento mais importante é localizado município de Itapejara D'Oeste/PR, a qual integra a comarca de Pato Branco/PR, embora também possua terras arrendadas em Coronel Vivida/PR.	Mov. 1.10 e 1.12



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

Verificação in loco do estabelecimento da empresa	Auto Posto Zeni Ltda		Este Perito realizou a verificação dos estabelecimentos da empresa em 26/05/2021, conforme anexos 1 e 2, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em perfeito funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexos 1 e 2
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Este Perito realizou a verificação na propriedade rural em que se desenvolve a atividade agrícola pela empresa, conforme anexos 1 e 2, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em perfeito funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexos 1 e 2
	Vilmar Francisco Zeni		Este Perito realizou a verificação na propriedade rural em que se desenvolve a atividade agrícola pela empresa, conforme anexos 1 e 2, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em perfeito funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexos 1 e 2
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Este Perito realizou a verificação na propriedade rural em que se desenvolve a atividade agrícola pela empresa, conforme anexos 1 e 2, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em perfeito funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexos 1 e 2
	André Francisco Zeni		Este Perito realizou a verificação na propriedade rural em que se desenvolve a atividade agrícola pela empresa, conforme anexos 1 e 2, ocasião em que verificou que a mesma se encontra em perfeito funcionamento, conforme descrito na exordial.	Anexos 1 e 2

LEGENDA

	Atendido		Não atendido		Parcialmente atendido		Não aplicável
--	----------	--	--------------	--	-----------------------	--	---------------



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

7.2. REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005

Segue infra a análise detalhada dos requisitos quanto ao art. 48, incisos "I", "II", "III" e "IV" da lei 11.101/2005:

REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:	Auto Posto Zeni Ltda		Empresa registrada na Junta Comercial em 22/09/2011.	Mov. 1.8
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		O Requerente é pessoa jurídica, devidamente registrada perante o Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, comprovando o biênio de sua atividade rural regular por meio dos documentos contábeis da pessoa física, nos moldes do art. 48, §3º, da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.9, 1.11 e 1.14
	Vilmar Francisco Zeni		O Requerente é empresário rural, devidamente registrado perante o Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, comprovando o biênio de sua atividade rural regular por meio dos documentos contábeis requeridos pelo art. 48, §3º, da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.9, 1.11 e 1.14
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		O Requerente é pessoa jurídica, devidamente registrada perante o Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, comprovando o biênio de sua atividade rural regular por meio dos documentos contábeis da pessoa física, nos moldes do art. 48, §3º, da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.10, 1.12 e 1.14
	André Francisco Zeni		O Requerente é empresário rural, devidamente registrado perante o Registro Público de Empresas Mercantis em 11/02/2021, comprovando o biênio de sua atividade rural regular por meio dos documentos contábeis requeridos pelo art. 48, §3º, da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.10, 1.12 e 1.14
I - Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.	Auto Posto Zeni Ltda		Empresa não possui pedido de falência registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de falência registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni		Produtor rural não possui pedido de falência registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de falência registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni		Produtor rural não possui pedido de falência registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

II - Não ter, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação.	Auto Posto Zeni Ltda		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni		Produtor rural não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos..	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni		Produtor não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;	Auto Posto Zeni Ltda		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	Vilmar Francisco Zeni		Produtor rural não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Empresa não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos	Mov. 1.17
	André Francisco Zeni		Produtor rural não possui pedido de Recuperação Judicial registrado, conforme certidão negativa juntada nos autos.	Mov. 1.17
IV - Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta lei.	Auto Posto Zeni Ltda		Inexiste condenação do Requerente e seu administrador por crimes previstos na Lei 11.101/2005, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 1.16
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Inexiste condenação por crimes previstos na Lei 11.101/2005, em face da empresa Requerente, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 1.16
	Vilmar Francisco Zeni		Inexiste condenação por crimes previstos na Lei 11.101/2005, em face do produtor rural requerente, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 1.16
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Inexiste condenação por crimes previstos na Lei 11.101/2005, em face da empresa Requerente, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 1.16
	André Francisco Zeni		Inexiste condenação por crimes previstos na Lei 11.101/2005, em face do produtor rural requerente, conforme certidão juntada nos autos.	Mov. 1.16



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

§ 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente.	Auto Posto Zeni Ltda		Não se aplica.	-
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Não se aplica. Biênio regular de atividade rural comprovada por meio dos documentos contábeis da pessoa física.	-
	Vilmar Francisco Zeni		Não se aplica. Biênio regular de atividade rural comprovada por meio dos documentos contábeis da pessoa física.	-
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Não se aplica. Biênio regular de atividade rural comprovada por meio dos documentos contábeis da pessoa física.	-
	André Francisco Zeni		Não se aplica. Biênio regular de atividade rural comprovada por meio dos documentos contábeis da pessoa física.	-
§ 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.	Auto Posto Zeni Ltda		Não se aplica	-
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Documentos contábeis exigidos pela legislação, devidamente apresentados pelo Requerente, conforme Livro Caixa do Produtor Rural utilizado para a elaboração do DIRPF (nos moldes do §4º do mesmo artigo), Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física e balanço patrimonial, todos dos últimos 02 (dois) anos.	Mov. 1.25, 1.27 e 1.29
	Vilmar Francisco Zeni		Documentos contábeis exigidos pela legislação, devidamente apresentados pelo Requerente, conforme Livro Caixa do Produtor Rural utilizado para a elaboração do DIRPF (nos moldes do §4º do mesmo artigo), Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física e balanço patrimonial, todos dos últimos 02 (dois) anos.	Mov. 1.25, 1.27 e 1.29
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Documentos contábeis exigidos pela legislação, devidamente apresentados pelo Requerente, conforme Livro Caixa do Produtor Rural utilizado para a elaboração do DIRPF (nos moldes do §4º do mesmo artigo), Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física e balanço patrimonial, todos dos últimos 02 (dois) anos.	Mov. 1.26, 1.28 e 1.29
	André Francisco Zeni		Documentos contábeis exigidos pela legislação, devidamente apresentados pelo Requerente, conforme Livro Caixa do Produtor Rural utilizado para a elaboração do DIRPF (nos moldes do §4º do mesmo artigo), Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física e balanço patrimonial, todos dos últimos 02 (dois) anos.	Mov. 1.26, 1.28 e 1.29

LEGENDA

	Atendido		Não atendido		Parcialmente atendido		Não aplicável
--	----------	--	--------------	--	-----------------------	--	---------------

2021 Marques Administração Judicial



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

7.3. REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005

Segue infra a análise detalhada dos requisitos quanto ao art. 51, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", "VI", "VII", "VIII" e "IX" da Lei 11.101/2005:

REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005				
REQUISITO	REQUERENTE	STATUS	ANÁLISE	REFERÊNCIA
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Auto Posto Zeni Ltda		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica foram devidamente descritas na petição inicial.	Mov. 1.1
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica foram devidamente descritas na petição inicial.	Mov. 1.1
	Vilmar Francisco Zeni		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica foram devidamente descritas na petição inicial.	Mov. 1.1
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica foram devidamente descritas na petição inicial.	Mov. 1.1
	André Francisco Zeni		A exposição da situação patrimonial do devedor, bem como as razões da crise econômica foram devidamente descritas na petição inicial.	Mov. 1.1
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção; e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;	Auto Posto Zeni Ltda		As demonstrações contábeis foram devidamente juntadas pelo Requerente, contemplando os anos de 2018, 2019, 2020 e parcial de 2021.	Movs. 1.19, 1.20, 1.21, 1.22, 1.23, 1.24
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Não aplicável. Requisitos substituídos pelos documentos indicados no §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme previsão do §6º, inc. II do art. 51 da mesma lei.	-
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Não aplicável. Requisitos substituídos pelos documentos indicados no §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme previsão do §6º, inc. II do art. 51 da mesma lei.	-
	Vilmar Francisco Zeni		Não aplicável. Requisitos substituídos pelos documentos indicados no §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme previsão do §6º, inc. II do art. 51 da mesma lei.	-
	André Francisco Zeni		Não aplicável. Requisitos substituídos pelos documentos indicados no §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme previsão do §6º, inc. II do art. 51 da mesma lei.	-



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;	Auto Posto Zeni Ltda		Relação Nominal de Credores apresentada com as indicações necessárias.	Mov. 1.32
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação Nominal de Credores apresentada com as indicações necessárias.	Mov. 1.32
	Vilmar Francisco Zeni		Relação Nominal de Credores apresentada com as indicações necessárias.	Mov. 1.32
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação Nominal de Credores apresentada com as indicações necessárias.	Mov. 1.32
	André Francisco Zeni		Relação Nominal de Credores apresentada com as indicações necessárias.	Mov. 1.32
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Auto Posto Zeni Ltda		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 1.33
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 1.33
	Vilmar Francisco Zeni		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 1.33
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 1.33
	André Francisco Zeni		Relação completa contendo todos os requisitos necessários.	Mov. 1.33
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Auto Posto Zeni Ltda		Juntada Contrato Social e suas alterações e Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR.	Mov. 1.8 e 1.14
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada de Instrumento de Inscrição de Empresário Individual e Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR.	Mov. 1.9 e 1.14
	Vilmar Francisco Zeni		Juntada de Instrumento de Inscrição de Empresário Individual e Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR.	Mov. 1.9 e 1.14
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada de Instrumento de Inscrição de Empresário Individual e Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR.	Mov. 1.10 e 1.14
	André Francisco Zeni		Juntada de Instrumento de Inscrição de Empresário Individual e Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR.	Mov. 1.10 e 1.14



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Auto Posto Zeni Ltda		Relação de bens do sócio administrador apresentada nos autos conforme requisito legal.	Mov. 1.35
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação de bens do sócio administrador apresentada nos autos conforme requisito legal.	Mov. 1.35
	Vilmar Francisco Zeni		Relação de bens apresentada nos autos conforme requisito legal.	Mov. 1.35
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação de bens do sócio administrador apresentada nos autos conforme requisito legal.	Mov. 1.35
	André Francisco Zeni		Relação de bens apresentada nos autos conforme requisito legal.	Mov. 1.35
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Auto Posto Zeni Ltda		Juntada do extrato atualizado de todas as contas de titularidade do Requerente.	Mov. 1.37
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada do extrato atualizado de todas as contas de titularidade do Requerente.	Mov. 1.37
	Vilmar Francisco Zeni		Juntada do extrato atualizado de todas as contas de titularidade do Requerente.	Mov. 1.37
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada do extrato atualizado de todas as contas de titularidade do Requerente.	Mov. 1.37
	André Francisco Zeni		Juntada do extrato atualizado de todas as contas de titularidade do Requerente.	Mov. 1.37
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Auto Posto Zeni Ltda		Juntada de certidão negativa dos Tabelionatos de Pato Branco/PR.	Mov. 1.18
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada de certidão negativa dos Tabelionatos de Pato Branco/PR.	Mov. 1.18
	Vilmar Francisco Zeni		Juntada de certidão negativa dos Tabelionatos de Pato Branco/PR.	Mov. 1.18
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Juntada de certidão negativa dos Tabelionatos de Pato Branco/PR.	Mov. 1.18
	André Francisco Zeni		Juntada de certidão negativa dos Tabelionatos de Pato Branco/PR.	Mov. 1.18



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;	Auto Posto Zeni Ltda		Os Requerentes apresentaram relação de ações ajuizadas em que figuram como partes.	Mov. 1.34
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Os Requerentes apresentaram relação de ações ajuizadas em que figuram como partes.	Mov. 1.34
	Vilmar Francisco Zeni		Os Requerentes apresentaram relação de ações ajuizadas em que figuram como partes.	Mov. 1.34
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Os Requerentes apresentaram relação de ações ajuizadas em que figuram como partes.	Mov. 1.34
	André Francisco Zeni		Os Requerentes apresentaram relação de ações ajuizadas em que figuram como partes.	Mov. 1.34
X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e	Auto Posto Zeni Ltda		Relatório do passivo fiscal apresentados pelos Requerentes.	Mov.1.36
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Relatório do passivo fiscal apresentados pelos Requerentes.	Mov.1.36
	Vilmar Francisco Zeni		Relatório do passivo fiscal apresentados pelos Requerentes.	Mov.1.36
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Relatório do passivo fiscal apresentados pelos Requerentes.	Mov.1.36
	André Francisco Zeni		Relatório do passivo fiscal apresentados pelos Requerentes.	Mov.1.36
XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.	Auto Posto Zeni Ltda		Relação de bens do passivo não circulante apresentado pelos Requerentes.	Mov. 1.35
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação de bens do passivo não circulante apresentado pelos Requerentes.	Mov. 1.35
	Vilmar Francisco Zeni		Relação de bens do passivo não circulante apresentado pelos Requerentes.	Mov. 1.35
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Relação de bens do passivo não circulante apresentado pelos Requerentes.	Mov. 1.35
	André Francisco Zeni		Relação de bens do passivo não circulante apresentado pelos Requerentes.	Mov. 1.35



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

§ 6º Em relação ao período de que trata o § 3º do art. 48 desta Lei: I - a exposição referida no inciso I do caput deste artigo deverá comprovar a crise de insolvência, caracterizada pela insuficiência de recursos financeiros ou patrimoniais com liquidez suficiente para saldar suas dívidas;	Auto Posto Zeni Ltda		Não aplicável	-
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Exposição da crise econômica enfrentada pelo Requerente devidamente realizada em sua exordial.	Mov. 1.1
	Vilmar Francisco Zeni		Exposição da crise econômica enfrentada pelo Requerente devidamente realizada em sua exordial.	Mov. 1.1
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Exposição da crise econômica enfrentada pelo Requerente devidamente realizada em sua exordial.	Mov. 1.1
	André Francisco Zeni		Exposição da crise econômica enfrentada pelo Requerente devidamente realizada em sua exordial.	Mov. 1.1
II - os requisitos do inciso II do caput deste artigo serão substituídos pelos documentos mencionados no § 3º do art. 48 desta Lei relativos aos últimos 2 (dois) anos.	Auto Posto Zeni Ltda		Não aplicável	-
	Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP		Requisito cumprido diante da apresentação integral da documentação exigida pelo §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.25, 1.27 e 1.29
	Vilmar Francisco Zeni		Requisito cumprido diante da apresentação integral da documentação exigida pelo §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.25, 1.27 e 1.29
	André Francisco Zeni Agrícola EPP		Requisito cumprido diante da apresentação integral da documentação exigida pelo §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.26, 1.28 e 1.29
	André Francisco Zeni		Requisito cumprido diante da apresentação integral da documentação exigida pelo §3º do art. 48 da Lei 11.101/2005.	Mov. 1.26, 1.28 e 1.29

LEGENDA

	Atendido		Não atendido		Parcialmente atendido		Não aplicável
--	----------	--	--------------	--	-----------------------	--	---------------



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

7.4. REQUISITOS PARA COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL

Conforme é possível constatar na exordial, os produtores rurais Sr. Vilmar Francisco Zeni e Sr. André Francisco Zeni, atuam no ramo desde 2002, promovendo seus respectivos registros no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) nos anos de 2009 e 2016, respectivamente. Ademais, em 02/2021, promoveram suas inscrições como empresários individuais, inscritos nos CNPJ's nº 40.809.821/0001-98 e 40.810.682/0001-12, na mesma ordem. Assim sendo, defronte a uma crise econômica que abalroou suas atividades, os produtores rurais buscam por meio dos presentes autos, o deferimento de sua Recuperação Judicial.

Ante o exposto, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos acerca do produtor rural/empresário rural no direito brasileiro. Aprioristicamente, a legislação civil em seu artigo 971 prevê que aquele que exerce atividade de natureza rural possui, por mera liberalidade, a opção de se sujeitar ou não ao regime empresarial, e caso deseje, basta que proceda com o respectivo registro na Junta Comercial competente na sua sede, tornando-se, a partir de então, um empresário que deve cumprir com as obrigações decorrentes do regime jurídico empresarial.

Tal faculdade do empresário rural decorre do disposto no artigo 970 do Código Civil, que preceitua que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes, conforme segue:

Art. 970 Código Civil: A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

Conforme se verifica, o Código Civil brasileiro dispôs de uma faculdade ao produtor rural de ingressar ou não no regime empresarial, ocasião em que, caso o faça, possuirá tratamento diferenciado, conforme disposição expressa do art. 970 do códex supracitado, e, fazendo essa opção por meio do arquivamento na Junta Comercial, **fica equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito ao registro previsto no art. 966 do Código Civil.**

Excepcionalmente, portanto, para o produtor rural, a **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis tem natureza constitutiva** para a personalização do produtor como empresário. Fato que não ocorre com os demais empresários, *"cuja empresarialidade será aferida conforme a natureza da atividade econômica desenvolvida, o produtor rural, ainda que desenvolva atividade econômica complexa de organização dos fatores de produção, **somente será considerado empresário após a voluntária inscrição na Junta Comercial**"*¹.

Na mesma acepção dispõe o Enunciado 202 das Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, *in verbis*:

"O registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de natureza constitutiva, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial. É inaplicável esse regime ao empresário ou sociedade rural

¹Sacramone, Marcelo. Manual de Direito Empresarial. Editora Saraiva. Edição do Kindle.



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

que não exercer tal opção”.

Sobre o tema, o Doutrinador Marcela Barbosa Sacramone leciona que:

*“Em razão do tratamento favorecido atribuído pelo Código Civil aos agentes que desenvolvem atividade agrícola ou pecuária, os agentes cuja atividade rural constituía sua principal profissão poderão ou não se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis. **Apenas após sua inscrição serão considerados, para todos os efeitos jurídicos, empresários (art. 971 do CC). Por consequência, a ausência de registro impede que os referidos produtores ou pecuaristas possam valer-se da recuperação judicial ou da falência.**”*

No mesmo sentido, recentemente o STJ se manifestou em notório caso, acerca da necessidade de registro na Junta Comércio pelo produtor rural para ingressar com o pedido de Recuperação Judicial, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E EMPRESARIAL. **EMPRESÁRIO RURAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO DO EMPREENDEDOR (CÓDIGO CIVIL, ARTS. 966, 967, 968, 970 E 971). EFEITOS EX TUNC DA INSCRIÇÃO DO PRODUTOR RURAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005, ART. 48). CÔMPUTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O produtor rural, por não ser empresário sujeito a registro, está em situação regular, mesmo ao exercer atividade econômica agrícola antes de sua inscrição, por ser esta para ele facultativa. 2. Conforme os arts. 966, 967, 968, 970 e 971 do Código Civil, com a inscrição, fica o produtor rural equiparado ao empresário comum, mas com direito a “tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...)”, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes”. 3. Assim, os efeitos decorrentes da inscrição são distintos para as duas espécies de empresário: o sujeito a registro e o não sujeito a registro. Para o empreendedor rural, o registro, por ser facultativo, apenas o transfere do regime do Código Civil para o regime empresarial, com o efeito constitutivo de “equipará-lo, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro”, sendo tal efeito constitutivo apto a retroagir (ex tunc), pois a condição regular de empresário já existia antes mesmo do registro. Já para o empresário comum, o registro, por ser obrigatório, somente pode operar efeitos prospectivos, ex nunc, pois apenas com o registro é que ingressa na regularidade e se constitui efetivamente, validamente, empresário. 4. Após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), adquire o produtor rural a condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial, com base no art. 48 da Lei 11.101/2005 (LRF), bastando que comprove, no momento do pedido, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos. Pode, portanto, para perfazer o tempo exigido por lei, computar aquele período anterior ao registro, pois tratava-se, mesmo então, de exercício regular da atividade empresarial. 5. Pelas mesmas razões, não se pode distinguir o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações e dívidas anteriormente contraídas e ainda não adimplidas. 6. Recurso especial provido, com deferimento**

²STJ - RenMan no REsp: 1800032 MT 2019/0050498-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 06/03/2020.



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

do processamento da recuperação judicial dos recorrentes². (grifos acrescidos)

Impende destacar ainda que, conforme supradito, como o registro ao produtor rural é facultativo, a atividade rurícola ou agropecuária exercida antes do efetivo registro é para todos os fins considerada **regular**, tendo em vista que não afronta quaisquer disposições impostas pela legislação brasileira. Neste íterim, a atividade econômica desenvolvida pelo produtor rural mesmo antes do seu registro, deve ser considerada para fins de comprovação do prazo bienal previsto na lei 11.101/2005.

A acepção dos Tribunais de Justiça e STJ já caminhavam no sentido de consolidar o entendimento quanto ao cabimento do empresário rural utilizar do período em que laborou como pessoa física para comprovar sua atividade pelo período mínimo exigido na lei recuperacional, por meio de documentos hábeis comprobatórios. Não obstante, em 23/01/2021 entrou em vigência as alterações promovidas por meio da Lei 14.112/2020, a qual possuiu como escopo promover atualizações a Lei 11.101/2005 e dentre as alterações realizadas, houve a inclusão dos §§ 2º, 3º e 4º no art. 48 desta lei, *in verbis*:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

[...]

§ 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente.

§ 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF.

Isto posto, diante da substancial alteração legislativa, restou indiscutivelmente positivada a possibilidade do produtor rural (após realizado o devido registro na Junta Comercial e adquirido o status de empresário) comprovar o biênio de exercício regular da atividade rural do período em que atuava como pessoa física, por meio dos seguintes documentos: **Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial.**

Assim de acordo com o Doutrinador Marcelo Sacramone permite-se “ao produtor rural que tenha se registrado como empresário antes do pedido de Recuperação Judicial, mas cuja atividade tenha se desenvolvido pelo período de dois anos mesmo que ainda antes do registro, pretender a recuperação Judicial³”.

²SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de Recuperação de Empresas e Falência. Editora Saraiva, 2ª edição, 2021.



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

Ademais, o art. 51 da Lei 11.101/2005, também sofreu inclusões, conforme excertos colacionados abaixo:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

[...]

§ 6º Em relação ao período de que trata o § 3º do art. 48 desta Lei.

I - a exposição referida no inciso I do caput deste artigo **deverá comprovar a crise de insolvência, caracterizada pela insuficiência de recursos financeiros ou patrimoniais com liquidez suficiente para saldar suas dívidas;**

II - os requisitos do inciso II do caput deste artigo serão substituídos pelos documentos mencionados no § 3º do art. 48 desta Lei relativos aos últimos 2 (dois) anos.

Diante do disposto no art. 51, inc. I da Lei 11.101/2005, o Doutrinador e Magistrado Paulo Furtado de Oliveira Filho, dispôs em sua obra "Lei de recuperação e falência: pontos relevantes e controversos" o que segue, *in verbis*:

"O requisito em questão pode encontrar obstáculos em sua aplicação prática, dado que o entendimento pacificado da doutrina e da jurisprudência a respeito dos requisitos ao processamento do pedido de recuperação judicial são de que possuem natureza formal, **cabendo tão somente ao magistrado avaliar a conformidade da documentação apresentada**, em respeito ao previsto no artigo 52 da Lei 11.101/2005, sendo dado aos credores a análise definitiva sobre a crise, uma vez apresentado o plano de recuperação Judicial:

"De acordo com a legislação brasileira, só o devedor em crise pode ajuizar o pedido de recuperação judicial. Cabe a ele exclusivamente a iniciativa de tentar a solução da crise pelo meio judicial. E o artigo 52 da lei 11.101/2005 dispõe que, estando em termo a documentação exigida no artigo 51 da mesma lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial. A lei 11.101/2005 não atribuiu ao juízo da recuperação judicial neste momento inicial um juízo de cognição exauriente sobre o estado de crise da empresa. Quem fará tal análise são os credores, após a apresentação do plano de recuperação pelo devedor. Aprovado o plano, permanecerá em atividade o devedor; rejeitado o plano do devedor, será decretada sua falência".

O entendimento em questão converge com a máxima da autonomia assemblear, sendo da alçada dos credores a análise de viabilidade econômica do plano de recuperação judicial, **não sendo dado ao Poder Judiciário se imiscuir em questões econômicas**, tão somente atuar quanto ao controle de legalidade das previsões da proposta realizado pelo devedor.

Trata-se, como se vê, de uma opção de sistema de insolvência. **O magistrado não realizará análises de viabilidade econômica tanto no momento de deferimento do processamento da recuperação judicial quanto no ato de sua concessão**, sendo entregue, como regra, aos credores a prerrogativa de avaliar o cenário de crise proposto e a proposta para eventual recuperação."

4OLIVEIRA FILHO, Paulo Furtado, "Perícia prévia na recuperação judicial: a exceção que virou regra?"



Análise Formal dos Documentos Exigidos pela Lei - ARTS. 48 e 51

Quanto aos requisitos gerais (subjativos) **restaram integralmente preenchidos**. No que diz respeito aos requisitos do art. 48 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**. Por fim, quanto aos requisitos do art. 51 da LFRJ, **restaram integralmente preenchidos**.

No mesmo sentido, os Doutrinadores Daniel Carnio Costa e Alexandre Nasser de Melo, dispõem em seu livro “Comentário a lei de recuperação de empresas e falência” que:

*“Os documentos da petição inicial são de extrema relevância para que o magistrado, ou o perito que irá realizar eventual trabalho de constatação prévia, tenham subsídios para analisar e decidir sobre o processamento da recuperação judicial. **Nesta fase, entretanto, não cabe qualquer juízo de valor sobre a causas da crise, mas sim, verificar se os requisitos legais para o processamento da recuperação estão preenchidos.**”*

No entendimento deste Perito, em consonância ao entendimento doutrinário majoritário, no que tange à disposição do art. 51. inc. I, da Lei 11.101/2005, cabe aos Requerentes apenas a exposição e narrativa de forma contundentes dos motivos e circunstâncias fáticas que culminaram na crise econômico-financeira que enfrentam, e aos credores, em sede de Assembleia Geral de Credores, analisarem a viabilidade econômica daqueles.

Outrossim, convém ressaltar que os produtores rurais, comprovaram o biênio de atividade rural, por meio dos seguintes documentos, em consonância aos artigos 48 §3º e 51 §6º, incisos I e II, da Lei 11.101/2005:

- Livro Caixa Digital do Produtor Rural – mov. 1.25, 1.26;
- Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – mov. 1.27, 1.28;
- Balanço Patrimonial – mov. 1.29.

Cumpre-se salientar todavia, que em relação ao passivo dos empresários rurais, o STJ decidiu em recente julgados que *“não se pode distinguir o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações e dívidas anteriormente contraídas e ainda não adimplidas”,* ou seja, conforme a decisão do colegiado, **ficam abrangidas na recuperação todas as dívidas existentes na data do pedido, inclusive aquelas contraídas antes do registro do empresário na Junta Comercial e ainda não pagas.**

Desta feita, após prestados os devidos e preliminares esclarecimentos, diante do cotejo jurisprudencial e doutrinário, no entendimento deste Perito, restou comprovado o biênio da atividade rural e demais requisitos legais, necessários ao deferimento do processamento da recuperação judicial aos **produtores rurais, Vilmar Francisco Zeni e André Francisco Zeni.**

sSTJ - RenMan no REsp: 1800032 MT 2019/0050498-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 06/03/2020.



2021 Marques Administração Judicial



8. ANÁLISE DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL



Análise da Consolidação Processual e Substancial

Com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para concessão da consolidação processual e substancial nos autos, conforme pleiteado pelos Requerentes.

8.1 ANÁLISE DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

Com a reforma da LREF introduzida pela Lei 14.112/2020, foi inserida a possibilidade aos devedores que integrem grupo econômico sob controle societário comum requererem o processamento da Recuperação Judicial em conjunto, sob consolidação processual, que em suma trata-se da possibilidade de determinado grupo societário protocolar pedido de Recuperação Judicial com a formação de litisconsórcio ativo.

Veja-se que, a consolidação processual une determinados empresários sob o mesmo controle societário em apenas um procedimento recuperacional, no entanto, haverá separação de ativos e passivos de cada devedor, que deverá, de forma individual, atender aos requisitos do art. 51 da LREF, e apresentar seus próprios meios de recuperação, ainda que permitida a apresentação de um único plano de recuperação judicial para todo o grupo, sendo possível ainda a concessão de Recuperação Judicial à parte dos Requerentes e a decretação de quebra a outros, sem prejuízo a posterior desmembramento processual em partes em razão do destino de cada devedor.

Neste interim, para além da mera consolidação processual, o legislador, através da reforma mencionada, positivou algo que já vinha sendo aplicado pela jurisprudência, possibilitando a consolidação substancial de grupos econômicos que requerem o pedido de Recuperação Judicial em sede de consolidação processual, onde, além do processamento da Recuperação de todo o Grupo em apenas um procedimento, haverá a união de todos os ativos e passivos, apresentação de um único plano de Recuperação Judicial, podendo ser concedida a Recuperação Judicial para o Grupo Econômico ou a decretação de sua quebra.

A citada consolidação substancial poderá ocorrer apenas em ocasiões excepcionais, onde o Juiz pode autorizá-la uma vez presentes, cumulativamente, no mínimo 2 (duas) das 4 (quatro) condições autorizadoras previstas pelo art. 69-J da LREF, quais sejam: I - existência de garantias cruzadas; II - relação de controle ou de dependência; III - identidade total ou parcial do quadro societário; e IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

Sobre o tema, o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone leciona:

*“A confusão patrimonial, a unidade de gestão e empregados, bem como a atuação conjunta em prol de um interesse comum d grupo, em detrimento dos interesses de cada personalidade, podem ser reveladas, no caso concreto, nas circunstâncias de as sociedades integrantes do grupo possuírem um caixa único com pagamento sem contrapartida, garantia cruzada entre seus integrantes, administrador único para todas as sociedades, semelhança ou identidade entre os sócios, atuação num mesmo ramo de atividade, utilização de bens das outras sociedades ou de empregos sem contraprestação, identificação perante os credores como grupo etc.”*⁶

No caso em tela, o Grupo Zeni, em sede de exordial pugnou pela consolidação processual e substancial dentre os seguintes empresários que, consoante alegado, compõe seu Grupo Econômico:

- Auto Posto Zeni LTDA – CNPJ nº 04.818.376/0001-69;
- Vilmar Francisco Zeni Agrícola – CNPJ nº 40.809.821/0001-98;

⁶ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de Recuperação de Empresas e Falência. Editora Saraiva, 2ª edição, 2021.



Análise da Consolidação Processual e Substancial

Com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para concessão da consolidação processual e substancial nos autos, conforme pleiteado pelos Requerentes.

- Vilmar Francisco Zeni (empresário rural) – CPF nº 839.611.199-53;
- André Francisco Zeni Agrícola – CNPJ nº 40.810.682/0001-12;
- André Francisco Zeni – (empresário rural) – CPF nº 075.111.229-14.

Assim sendo, passa-se a análise dos requisitos imprescindíveis à caracterização do grupo econômico.

Conforme se infere pelos contratos colacionados aos movs 1.40-1.45, existe entre os Requerentes o oferecimento de **garantias cruzadas entre si**. Exemplificadamente, ao mov. 1.44 e 1.45, fora apresentado Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária – CPRH – Crédito Rural celebrada entre o Sicoob Unicoob Integrado e o Sr. André Francisco Zeni, oportunidade na qual fora dado em garantia um imóvel de propriedade do Auto Posto Zeni, o qual figurou como garantidor hipotecante. No mesmo sentido, também foram apresentadas Cédula de Crédito Bancário nº 453948 emitidas em favor do Auto Posto Zeni, em que os produtores rurais/empresários individuais, também figuram como avalistas dos mesmos.

Ademais, quanto a **identidade do quadro societário**, constata-se pelo contrato social da sociedade empresária, Auto Posto Zeni Ltda (mov. 1.8), que o mesmo é composto pelos dois produtores rurais, empresários individuais, Requerentes, Sr. Vilmar Francisco Zeni e Sr. André Francisco Zeni, possuindo todas as empresas que compõem o grupo econômico como **gestor/administrador**, o Sr. Vilmar Zeni.

Destarte, a relação de **controle entre as empresas** tanto no ramo da atividade rural quanto na empresa Auto Posto Zeni, se evidencia no caso em tela através do fato das decisões negociais das atividades serem exclusivamente realizadas pelo Sr. Vilmar Francisco Zeni. Ademais, ainda ocorre a **atuação conjunta** de ambos empresários rurais, desenvolvendo seus trabalhos nas mesmas áreas rurais, os quais possuem dois contratos de arrendamento rural para tal fim, tal qual é majoritariamente/tradicionalmente feito em **empresas familiares**.

Ainda, conforme informado pelo empresário na visita *in loco* nas propriedades rurais, os maquinários e equipamentos empregados para o plantio, colheita e afins são utilizados em toda atividade rural por ambos os empresários, e são deslocados para cada uma das propriedades de acordo com a necessidade. Ainda, salientou que o abastecimento dos maquinários utilizados na atividade rural, é realizado pelo posto de combustível pertencente ao grupo econômico, Auto Posto Zeni, sendo repassado a preço de custo aos produtores rurais.

Nestes termos, veja-se que, **os requisitos da consolidação substancial restaram configurados entre todos os Requerentes**, isto é, fora identificada a interconexão e a confusão entre ativos e passivos entre os mesmos, razão pela qual conclui-se pela plausibilidade de concessão do requerimento de consolidação substancial, nos termos requeridos na exordial.



9. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

9.1 ANDAMENTO PROCESSUAL
9.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6WZ F3PL8 UG82D EZMHA

Informações Processuais

Na data de 20/05/2021 ocorreu o ajuizamento da RJ pelos Requerentes. Ademais na data de 21/05/2021 o Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância ao art. 51-A da Lei 11.101/2005, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 02/06/2021 houve a aceitação do *múnus* por este Perito.

9.1 ANDAMENTO PROCESSUAL

Os Requerentes ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 20/05/2021, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais:

Data	Evento	Mov.
20/05/2021	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial pelos seguintes Requerentes: Vilmar Francisco Zeni Agrícola, André Francisco Zeni Agrícola, Vilmar Francisco Zeni, André Francisco Zeni, Auto Posto Zeni Ltda.	1
21/05/2021	Decisão inicial do Magistrado determinando a realização de Constatação Prévia, oportunidade na qual ocorreu a nomeação deste Perito para a realização dos trabalhos, em consonância ao art. 51-A da Lei 11.101/2005, mencionando por fim que os pedidos de tutela de urgência serão analisados após o parecer técnico, juntamente com a verificação da admissibilidade do pedido.	28.1
02/06/2021	Manifestação deste Perito com a aceitação ao <i>múnus</i> para desempenho do nobre ofício nestes autos, conforme decisão de mov. 28.1 .	35.1



Informações Processuais

Na data de 20/05/2021 ocorreu o ajuizamento da RJ pelos Requerentes. Ademais na data de 21/05/2021 o Magistrado determinou a realização da Constatação Prévia, em consonância ao art. 51-A da Lei 11.101/2005, oportunidade na qual ocorreu a nomeação de Perito para realização dos trabalhos. Em 02/06/2021 houve a aceitação do múnus por este Perito.

7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL

20/05/2021	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
02/06/2021	Juntada da Constatação Prévia
	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)

Eventos ocorridos Eventos Futuros



2021 Marques Administração Judicial



10. CONCLUSÃO



Conclusão

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos), bem como os requisitos objetivo, previstos pelo art. 48 e art. 51 da LFRJ, todos **restaram integralmente preenchidos**. Acerca da **consolidação processual e substancial** este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para sua concessão. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros dos Requerentes demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de **constatação física** anexo, os Requerentes encontram-se em devido funcionamento, conforme relatado.

10 CONCLUSÃO

Da análise realizada por esse Perito, depois de minuciosamente conferidos os documentos que instruíram o pedido de Recuperação Judicial, pode-se concluir da seguinte forma:

i) Requisitos Gerais (Subjetivos):

- Integralmente preenchidos.

ii) Requisitos do Artigo 48 (Objetivos):

- Integralmente preenchidos.

iii) Requisitos do Artigo 51 (Objetivos):

- Integralmente preenchidos.

iv) Da consolidação processual e substancial:

Com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para concessão da consolidação processual e substancial nos autos, conforme pleiteado pelos Requerentes.

v) Índices Contábeis e Financeiros:

Este Perito analisou os dados contábeis disponibilizados pelos Requerentes em confronto aos documentos anexos ao processo, evidenciando que os valores contábeis foram ajustados tempestivamente à solicitação da RJ, não apresentando divergências significativas entre os valores contábeis e relação nominal de credores, com a ressalva de que para as empresas VALMIR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA e ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA ainda não havia demonstrativos contábeis apropriados para análise devido a não terem movimentação no período analisado.

Outro ponto que deve ser considerado é que o Balanço Patrimonial do Auto Posto Zeni Ltda consta o valor de R\$ 534.722,44 a débito na rubrica Provisões do Passivo Circulante que, após nossas indagações aos representantes das Requerentes, concluiu-se que se constitui em erro de lançamento contábil, porém não foi possível a adequada conciliação e ajuste necessário. Da mesma forma, verificamos que em 30/04/2021 a requerente apresentava saldo em Caixa no valor de R\$ 3,101 milhão que, conforme justificado pelos representantes, é inexistente e necessita de correção nos demonstrativos apresentados.

Quando analisado a posição fiscal e tributária dos Requerentes, não foi identificado nenhum valor relevante que não tenha sido considerado na posição contábil, ressaltando que a análise foi limitada à solicitação de certidões e relatórios da posição fiscal da empresa nas esferas Municipal, Estadual e Federal as quais não apresentaram valores que merecessem ressalva.

Ademais, constatamos que os Requerentes se encontram devidamente habilitados para a execução das suas atividades comerciais. Nossa afirmativa se baseia na análise de requisitos regulatórios, onde foi evidenciado que as empresas se encontram adequadas as exigências necessárias das suas atividades.



Conclusão

Quanto aos requisitos gerais (subjetivos), bem como os requisitos objetivo, previstos pelo art. 48 e art. 51 da LFRJ, todos **restaram integralmente preenchidos**. Acerca da **consolidação processual e substancial** este Perito entende que restaram devidamente demonstrados os requisitos imprescindíveis para sua concessão. Com base na análise realizada minuciosamente por este Perito os índices contábeis e financeiros dos Requerentes demonstram eminente crise financeira. E por fim, conforme autos de **constatação física** anexo, os Requerentes encontram-se em devido funcionamento, conforme relatado.

vi) Constatação Física dos Requerentes:

Conforme auto de constatação física anexo, os Requerentes encontram-se em devido funcionamento, conforme relatado na exordial. Sendo observado e relatado as seguintes informações relevantes: A empresa estava operando normalmente e visitando as dependências do estabelecimento, foi possível constatar a presença e movimentação regular de funcionários, máquinas e equipamentos.



11. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Requerentes – Vilmar Francisco Zeni Agrícola, André Francisco Zeni Agrícola, Vilmar Francisco Zeni, André Francisco Zeni, Auto Posto Zeni Ltda.
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo



12. ANEXOS



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA

ANEXO I – AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA
AUTO POSTO ZENI LTDA

Razão Social: Auto Posto Zeni Ltda

Unidade: Matriz

Local: Av. Manoel Ribas, nº 325, Centro, Itapejara d'Oeste/PR, CEP 85.580-000.

Telefone: (46) 3526-1396

Horário de funcionamento: de segunda à domingo, 24hs

CNPJ: 04.818.376/0001-69

Contato: Sr. Vilmar Francisco Zeni

Estabelecimento Ativo

Atividades Principais da Unidade: comércio de combustíveis para veículos automotores e venda de mercadorias em geral.

Principais Produtos: combustíveis, lubrificantes, produtos alimentícios etc.

Informações Adicionais:

- A empresa estava operando normalmente.
- Visitando as dependências do estabelecimento, foi possível constatar a presença e movimentação regular de funcionários.

Funcionários: 7 (sete) funcionários.

Data e horário da realização da visita: 26/05/2021 às 11:20



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Fachada do estabelecimento comercial



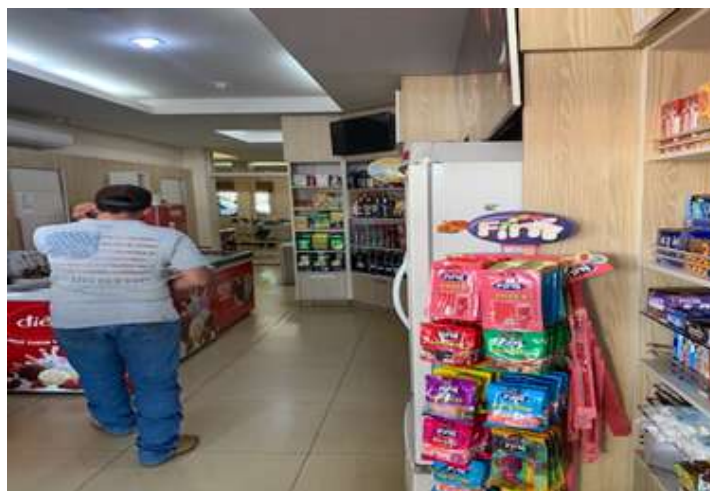
Bombas de abastecimento



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Conveniência



Conveniência



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Escritório



Área de atendimento



Anexo I
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Borracharia e Lavagem



Área externa



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA

ANEXO II – AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA
VILMAR FRANCISCO ZENI

Razão Social/Nome: Vilmar Francisco Zeni Agrícola EPP / Vilmar Francisco Zeni

Local: Comunidade Linha Ipiranga, s/n, Zona Rural, Itapejara D'Oeste/PR, CEP 85.580-000; e Estrada municipal para Limeira, s/n, Zona Rural, Coronel Vivida/PR, CEP 85.550-000.

CNPJ/CPF: 40.809.821/0001-98 / 839.611.199-53

Contato: Vilmar Francisco Zeni

Estabelecimento Ativo

Atividades Principais da Unidade: Produção agrícola

Principais Produtos: Soja, milho, trigo, feijão.

Informações Adicionais:

- A empresa estava operando normalmente.
- Visitando as dependências do estabelecimento, foi possível constatar a presença e movimentação regular de funcionários.

Funcionários: 2 (dois).

Data e horário da realização da visita: 26/05/2021, 11:30h

ANDRÉ FRANCISCO ZENI

Razão Social/Nome: André Francisco Zeni Agrícola EPP / André Francisco Zeni

Local: Comunidade Linha Ipiranga, s/n, Zona Rural, Itapejara D'Oeste/PR, CEP 85.580-000; e Estrada municipal para Limeira, s/n, Zona Rural, Coronel Vivida/PR, CEP 85.550-000.

CNPJ/CPF: 40.810.682/0001-12 / 075.111.229-14

Contato: André Francisco Zeni

Estabelecimento Ativo

Atividades Principais da Unidade: Produção agrícola.

Principais Produtos: Soja, milho, trigo, feijão.

Informações Adicionais:

- A empresa estava operando normalmente.
- Visitando as dependências do estabelecimento, foi possível constatar a presença e movimentação regular de funcionários.

Funcionários: 2 (dois).

Data e horário da realização da visita: 26/05/2021, 11:30h

Observação: Insta salientar que ambos produtores rurais supramencionados se encontram em operação nos mesmos estabelecimentos.



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Barracão Propriedade Rural – Coronel Vivida/PR



Interior Barracão Propriedade Rural – Coronel Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Interior Barracão Propriedade Rural –
Coronel Vivida/PR



Depósito Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Depósito Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Depósito Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Depósito Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Depósito Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Maquinários Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Maquinários Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Maquinários Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Maquinários Propriedade Rural – Coronel
Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Maquinários Propriedade Rural – Coronel Vivida/PR



Área cultivável Propriedade Rural – Coronel Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Área cultivável Propriedade Rural –
Coronel Vivida/PR



Área cultivável Propriedade Rural –
Coronel Vivida/PR



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Área cultivável Propriedade Rural –
Coronel Vivida/PR



Entrada Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Entrada Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Depósito Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Depósito Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Depósito Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Interior do Depósito Propriedade Rural –
Itapejara D'Oeste



Interior do Depósito Propriedade Rural –
Itapejara D'Oeste



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Interior do Depósito Propriedade Rural –
Itapejara D'Oeste



Maquinários Propriedade Rural – Itapejara
D'Oeste



Anexo II
AUTO DE CONSTATAÇÃO FÍSICA



Área Cultivável Propriedade Rural –
Itapejara D'Oeste



Área Cultivável Propriedade Rural –
Itapejara D'Oeste





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6WZ F3PL8 UG82D EZMHA